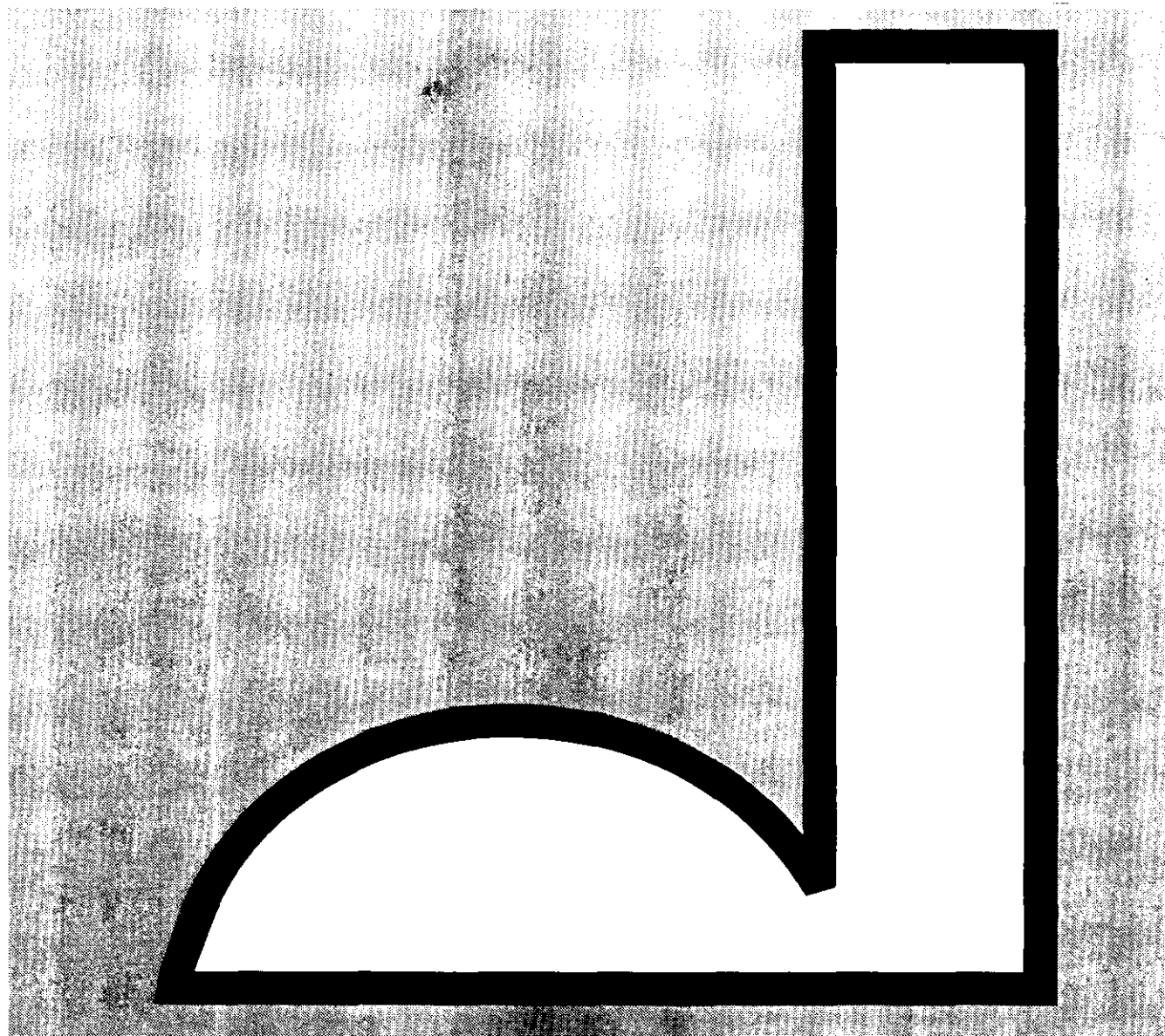




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – PSB – PA</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>	<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i></p> <p>(3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Heloísa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 115ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE SETEMBRO DE 2000	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores	
Nº 30/2000, de 25 de agosto último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 328, de 2000, da Senadora Heloísa Helena. Ao Arquivo.....	18226
1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes	
Nº 1.152/2000, de 31 de agosto último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 329, de 2000, do Senador Lúcio Alcântara. Ao Arquivo.....	18226
1.2.3 – Comunicação da Presidência	
Cumprimento dos prazos estabelecidos pela Resolução nº 2, de 1995-CN, referentes à tramitação do Projeto de Lei nº 17, de 2000-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001, estando os avulsos da matéria disponíveis também em CD-ROM, e sendo possível o acesso por intermédio da internet (www.congresso.gov.br/orcamento)	18226
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR NABOR JÚNIOR – Preocupação com a intervenção norte-americana na Colômbia e a possível invasão das fronteiras brasileiras pelos guerrilheiros daquele país que protegem o narcotráfico.....	18226
SENADORA HELOÍSA HELENA – Comunicação ao plenário da decisão do Bloco de Oposição de retirar seus membros da Subcomissão Permanente do Judiciário. Necessidade da criação de CPI para apurar os desvios de recursos públicos, em especial, do TRT de São Paulo.....	18227
SENADOR PEDRO SIMON – Comentários à decisão da bancada de oposição de retirar-se da Subcomissão Permanente do Judiciário. Defesa da criação de CPI para investigar os desvios de verbas do TRT de São Paulo.....	18230
SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre os pronunciamentos do Senador Pedro Simon e da Senadora Heloísa Helena.....	18237
SENADOR RENAN CALHEIROS – Renúncia ao cargo de Presidente da Subcomissão Permanente do Judiciário.....	18246
SENADORA HELOÍSA HELENA , como Líder – Ênfase nas atribuições constitucionais da Comissão de Fiscalização e Controle, em particular, para investigar irregularidades na aplicação de recursos públicos.....	18247
SENADOR PEDRO SIMON – Transcrição de atos da Procuradoria da República no Distrito Federal referente à instauração de inquérito para apurar fatos envolvendo o Sr. Eduardo Jorge. Considerações sobre o prosseguimento dos trabalhos da Subcomissão do Judiciário.....	18248
1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Preocupação com a exploração do trabalho infantil.	18252
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nº 913, de 2000, referente ao servidor Wilson Fadul Filho.....	18253
Nºs 914 e 915, de 2000.....	18253
3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
5 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA	
6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 115ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de setembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Nabor Júnior, da Srª Heloísa Helena e do Sr. Bello Parga

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº 30/2000, de 25 de agosto último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 328, de 2000, da Senadora Heloísa Helena.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Nº 1.152/2000, de 31 de agosto último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 329, de 2000, do Senador Lúcio Alcântara.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – O Expediente lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – A Presidência comunica ao Plenário que os avulsos do Projeto de Lei nº 17, de 2000 – CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001, estão sendo distribuídos aos Srs. Congressistas, a partir desta data, rigorosamente dentro do prazo estabelecido pela Resolução nº 2, de 1995 – CN, na forma tradicional e, pela primeira vez, também em CD-ROM.

Comunica, ainda, que o texto integral do projeto de lei também pode ser acessado pela Internet, na página do Senado – www.senado.gov.br –, na opção

Orçamento da União ou diretamente pela página www.congresso.gov.br/orcamento.

Nesta oportunidade, eu não poderia deixar de registrar o reconhecimento, por que não dizer, do próprio Congresso Nacional, aos servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, que se esmeraram na confecção dos referidos avulsos, trabalhando ininterruptamente, inclusive sábado e domingo, a fim de que os prazos regimentais fossem cumpridos e de que, portanto, os Srs. Parlamentares pudessem ter acesso aos documentos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior por vinte minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a intervenção militar e política dos Estados Unidos na Colômbia é um fato da maior seriedade, mesmo tendo sido feita de comum acordo com o Governo daquele país. Mas isso apenas repete o que aconteceu no Vietnã, onde os americanos diziam estar “atendendo” a um pedido de socorro dos seus aliados de Saigon, duramente surrados pelos vietcongues.

Tal tipo de situação traz grandes ameaças para todo o sistema democrático continental, porque, embora saibamos como ela começa, é impossível prever seu desfecho.

Seria mais ou menos como o caso daquele técnico de futebol que, no vestiário, antes do jogo, esbanjava doutrinações táticas, dizendo que o time ia “atacar assim”, “defender-se assado”, ia infiltrar-se pelas laterais e cruzar da linha de fundo, construindo uma verdadeira batalha e antecipando as movimentações de ambos os times – ou exércitos, como ele parecia armar. Mané Garrincha, que era menos tolo do que parecia, ouvia, muito atento e calado; só abriu a boca para fazer uma pergunta: “Tá legal. Mas o senhor já combinou isso tudo com os adversários?”.

No caso da Colômbia, a pergunta seria basicamente a mesma: “Os Estados Unidos já combinaram tudo com as FARC, o ELN, os outros grupos esquer-

distas, as milícias paramilitares direitistas e os poderosíssimos cartéis produtores de cocaína?”.

Não se trata de ser pró-americano ou anti-americano, a questão é pensar no que realmente interessa ao Brasil ou o ameaça.

Como sempre, faço as minhas opções – políticas, ideológicas e partidárias – com equilíbrio; pondero atitudes conservadoras, resistindo às tentações de mudar por mudar, ao mudancismo irresponsável, e propostas progressistas – a luta contra todas as ditaduras e em favor das liberdades básicas do homem, voltada para o progresso social do povo brasileiro, em particular, do acreano. Portanto, não vou entrar no aspecto doméstico dos problemas colombianos, embora lastime o terrível drama vivido pelos irmãos vizinhos que destrói, a cada dia, novos pedaços da rica cultura e da alma generosa que os caracterizam.

Mas a partir do momento em que a tragédia começa a voltar-se contra nós, brasileiros, o problema passa a ser nosso, sim! Alguém pretende ver os 30 mil guerrilheiros obstinados e bem municiados, que hoje dominam metade da Colômbia, simplesmente abrindo os braços e gritando **welcome** para os “conselheiros” do Pentágono? Ou, na hipótese mais verossímil, quando forem derrotados os rebeldes, em combates que se prevêem encarniçados, para onde eles fugirão? Pior ainda: erradicadas as plantações de coca, que farão seus senhores? Dirão “sim, perdemos, tudo bem” ou buscarão outro lugar para continuar produzindo a droga maldita, que tem no próprio mercado dos Estados Unidos seu maior ponto de consumo?

Acontecendo isso, não fica muito difícil prever para onde eles vão fugir, em que outro país os rebeldes reagruparão suas forças e os cocaineiros darão início a novas plantações, em larga escala. Basta olhar o mapa! Basta prestar atenção aos números, aos dados geográficos, à precária presença do Estado brasileiro na Amazônia; basta isso para descobrirmos que eles vão atravessar as nossas fronteiras e se instalar aqui.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Acre faz divisa com a Bolívia, que já foi o maior produtor de coca antes dos cartéis colombianos, e Peru, cuja produção é significativa e onde a efervescente mobilização rebelde cria forte clima de permanente instabilidade regional. Ou seja, não é difícil antever o que vem por aí!

Estive, até o início desta semana, mergulhado na campanha eleitoral, em nosso Estado, mas as preocupantes notícias que chegavam pelos jornais e

pelo noticiário da TV e informações recebidas do Senado fizeram-me retornar a Brasília, para, cumprindo as obrigações do mandato recebido do povo acreano, tomar ciência do que realmente vem ocorrendo.

A situação, de fato, é grave e ameaça toda a Amazônia, pois embute velhos sonhos de internacionalização da área, metade da América do Sul, onde estão imensas reservas minerais e de recursos naturais.

A partir da próxima segunda-feira, os Senadores deixarão de lado o processo eleitoral, e, estou certo, esse tema vai centralizar as atenções do Plenário e das Comissões. O Brasil não pode ficar inerte ou se omitir perante ameaças tão concretas e preocupantes à sua soberania e à sua paz interna.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Senador Nabor Júnior, solicito a V. Ex^a, caso seja possível, que assuma a Presidência da Mesa, para que eu possa, rapidamente, usar a palavra. (Pausa.)

A Sr^a Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por 20 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, durante esses últimos dias, não apenas os parlamentares classificados como membros dos partidos de Oposição, mas outros parlamentares que têm uma posição de independência nesta Casa, mesmo sendo filiados aos partidos da base de sustentação do Governo, tiveram oportunidade de, várias vezes, nesta Casa, apresentar seus posicionamentos em relação às investigações dos desvios de recursos públicos.

Discutimos, por várias vezes, a demanda da sociedade diante da ausência do completo rastreamento e, portanto, da identificação por parte do Banco Central de todos os beneficiários de uma operação fraudulenta, de um verdadeiro saque aos cofres públicos, patrocinado muito especialmente – embora seja apenas um exemplo – pelo caso do TRT de São Paulo.

A sociedade tem cobrado do Congresso Nacional uma posição ágil e eficaz em relação a isso. A sociedade tem cobrado do Congresso Nacional o cumprimento de sua obrigação constitucional, de sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo, para

que, por meio do completo rastreamento dos beneficiários finais, possamos identificar os membros da quadrilha que saqueou os cofres públicos e iniciar um processo de devolução desse dinheiro aos cofres públicos e de julgamento dos envolvidos.

Em razão dos motivos que passo a definir, a Liderança do Bloco PT-PDT, de forma consensual, torna pública a decisão da saída dos seus membros da Subcomissão Permanente do Judiciário. Foi dito para a opinião pública que essa Subcomissão seria um mecanismo fundamental para esclarecer o desvio de recursos públicos, mas, embora a motivação da sua criação tenha sido nobre – foi aprovada em dezembro de 1999 para acompanhar, junto a órgãos e autoridades competentes, o cumprimento das recomendações feitas pela CPI do Judiciário –, é lógico que a referida Subcomissão acabou sendo utilizada como um instrumento da "operação abafa" do Governo. Isso se deu muito embora tenha continuado a ser apresentada para a opinião pública como um instrumento eficaz, capaz de fazer tudo, capaz de identificar e decifrar todos os mistérios envolvendo crimes contra a administração pública, tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesses privados. No entanto, os limites regimentais impedem claramente as investigações necessárias para a efetiva elucidação da verdade no âmbito da Subcomissão.

A garantia dada pelo Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos, de que a Subcomissão teria poderes regimentais para quebrar o sigilo bancário e fiscal de pessoas e empresas envolvidas nas denúncias efetivamente não ocorreu, até porque, em se tratando de um requerimento de informações sobre a movimentação bancária ou sobre qualquer outra informação que, sob o ponto de vista de um parlamentar, seja condição fundamental para que se cumpram as tarefas constitucionais, entre elas, a prerrogativa de fiscalizar os atos do Executivo, qualquer parlamentar poderia fazê-lo diretamente à Mesa Diretora. Infelizmente, no entanto, isso ainda não foi disponibilizado nem para os parlamentares nem para a Subcomissão.

E, após a decisão da Mesa no dia 12, isso já não mais será encaminhado à Subcomissão, já que a própria Subcomissão já decidiu, na última reunião administrativa, que encaminharia à Comissão de Fiscalização e Controle tudo que efetivamente se relacionasse ao caso Eduardo Jorge, a crimes contra a administração pública, à intermediação de interesses privados, enfim todo aquele rol de escândalos de que

a opinião pública, o povo brasileiro, estarecido, tomou conhecimento.

A atuação do Banco Central no atendimento às solicitações de rastreamento feitas pelo Ministério Público e determinadas judicialmente foi marcada, segundo informações do próprio Ministério Público, pela morosidade e por uma atuação política que vem dificultando o andamento das investigações.

A decisão da Subcomissão de transferir à Comissão de Fiscalização e Controle – sabidamente inoperante, porque, durante todo este ano, reuniu-se apenas duas vezes – a responsabilidade pelo convite para realização de audiências públicas com autoridades e ex-autoridades ligadas à Administração Federal ou a empresas públicas e privadas demonstra claramente a intenção da base governista de evitar qualquer possibilidade de ligação entre os fatos da investigação e o Chefe do Executivo Federal e qualquer possibilidade de desvendar esses mistérios que, segundo o Ministério Público, não são apenas mistérios, mas indícios relevantes de crimes contra a administração pública, os quais, portanto, estão obrigatoriamente sujeitos à nossa investigação.

Sr. Presidente, cada vez mais, temos a certeza da necessidade da criação de uma comissão parlamentar de inquérito. Por mais que muitos já olhem desmotivados para a comissão parlamentar de inquérito – os que não a querem nos olham alegremente diante da impossibilidade da coleta de todas as assinaturas –, cada vez mais temos a certeza de que a realidade implacável e objetiva acabará forçando o Congresso Nacional a abrir uma comissão parlamentar de inquérito.

Todo o povo brasileiro está perguntando: quem tem medo da verdade? Por que o Governo Federal tem medo das investigações? Essas são, portanto, questões importantes a serem respondidas. Se de um lado a opinião pública vê uma crise ética e monumental, de outro lado o Governo, numa clara "operação abafa", impede que se apure a verdade.

Creio que todos se lembram de que o Governo ora caracteriza esses problemas como menores, pequenos, insignificantes, ora qualifica os interessados em esclarecer esses fatos – portanto, a Oposição – como derrotistas, como alguém que estivesse com algum complexo pela última derrota eleitoral. Portanto, derrotistas que somos, estaríamos querendo investigar as denúncias em relação ao Presidente. A Subcomissão é apresentada como sendo utilizada como palanque pela Oposição, embora a própria base governista tenha alardeado, perante a opinião pública, que

a Subcomissão é um instrumento eficaz para desvendar os mistérios sujos em relação aos escândalos de corrupção.

Se nos acusar de eleitoreiros, de derrotistas e de outras coisas alegre a bancada governista, por outro lado isso acaba nos servindo de estímulo, Sr. Presidente. Todas as vezes em que somos atacados da forma mais baixa, mais inconseqüente, mais torpe, é nesse momento que a certeza quanto à justeza dos nossos propósitos se fortalece, quer seja em relação ao acompanhamento das recomendações feitas pela CPI do Judiciário, quer seja em relação a inúmeras denúncias feitas à opinião pública envolvendo o Sr. Eduardo Jorge, quer seja em relação ao inexplicável e intrigante desaparecimento do ex-Juiz Nicolau.

Diante de tudo isso, temos certeza de que estamos no caminho certo e de que estamos cumprindo as nossas obrigações constitucionais no sentido de garantir a apuração da verdade.

É impossível, neste momento, não lembrar fato similar na história recente do País. Refiro-me ao caso do Sr. Paulo César Farias. Quando se abriu de forma correta a investigação, o Sr. Paulo César Farias não fazia parte do Governo, como acontece no caso levantado hoje pela bancada governista em relação ao Sr. Eduardo Jorge. Mesmo assim, as atitudes e atuações do Sr. Paulo César junto ao Governo levaram à convocação de uma CPI, e temos absoluta certeza de que isso acabará acontecendo neste momento também.

É importante lembrar, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que o "ressuscitar" da Subcomissão Permanente do Judiciário foi utilizado como instrumento de resposta ao clamor social em favor da realização das investigações. A própria realidade objetiva se encarregou de desestruturar, dismantelar, deslegitimar a Subcomissão como um instrumento que não poderia ser eficaz para apurar todos os escândalos que têm como figura principal o Sr. Eduardo Jorge. E é verdade que as coisas acabaram não funcionando dessa forma.

Mais uma vez, queremos que fique registrado que, desde o início dos trabalhos, o objetivo da Oposição é simplesmente esclarecer integralmente os fatos e, portanto, cumprir com a nossa obrigação constitucional. Não queremos derrubar o Presidente da República por meio do "tapetão", mas, como bem disse o Procurador da República, Dr. Guilherme Schelb, no seu depoimento na Subcomissão, não temos o direito de não investigar. A Oposição e qualquer Parlamentar desta Casa não têm o direito de prevaricar, de des-

mantelar a democracia, de desmoralizar o Congresso Nacional, de não buscar todos os mecanismos necessários para que possamos, de fato, investigar as denúncias de crimes contra a administração pública, de tráfico de influência, de exploração de prestígio e de intermediação de interesses privados no setor público.

A Subcomissão teve apenas um mérito: desmentiu categoricamente o ex-Secretário-Geral da Presidência da República. Se estivéssemos trabalhando numa CPI, ele poderia até ser enquadrado em crime de perjúrio e, portanto, teria que ficar três anos numa cela, embora saibamos que, neste País, infelizmente, os ricos e poderosos nem mesmo vêem a porta da cadeia. Se fosse um pobre, um miserável, efetivamente, ele já estaria preso numa cela comum, passando pelas mais diversas e deploráveis formas de humilhação e de sofrimento.

Portanto, Sr. Presidente, quero apenas que fique registrado que, a partir de agora, estaremos na Comissão de Fiscalização e Controle exigindo que ela tenha um ritmo bem melhor, já que, durante todo este ano, essa Comissão realizou apenas duas reuniões. Exigiremos também que seja explicitado e disponibilizado para a Oposição todo o cronograma de funcionamento da Comissão, bem como a agenda dos depoimentos de diversas personalidades que apresentamos, para que dirigentes dessas instituições – públicas ou privadas – possam prestar depoimento à Comissão já na próxima semana.

É claro que sabemos que não temos prerrogativas e poderes próprios das autoridades judiciais para agilizar – e não depender de requerimento de informações – a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, para que, por intermédio da CPI, possamos cumprir com a nossa obrigação constitucional, com a nossa nobre tarefa de fiscalizar os atos do Executivo.

Portanto, comunicamos que o Bloco da Oposição está fora da Subcomissão.

Ontem, inclusive, o Banco Central oscilava entre o cumprimento absoluto da sua tarefa – dizia que havia feito o rastreamento completo, que já conhecia todos os beneficiários finais do esquema fraudulento – e o seu não cumprimento – afirmava que, se o trabalho realizado não satisfizesse o Ministério Público, imediatamente seria aberto um novo rastreamento e que essa poderia ser até uma tarefa eterna.

Embora, como cristãos, desejemos a vida eterna, ao Congresso Nacional não cabe a eternidade no procedimento de investigar, mas sim a agilidade de cumprir com a nossa obrigação constitucional. E essa

tarefa será cumprida o mais rápido possível, na próxima semana, por meio da Comissão de Fiscalização e Controle. E se a realidade implacável se encarregar de tirar também a legitimidade daquela Comissão, último esconderijo da base governista, com certeza teremos as condições necessárias para abriremos a Comissão Parlamentar de Inquérito e, assim, cumprirmos com a nossa obrigação constitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma pena a decisão da Bancada da Oposição, embora seja respeitável e compreensível.

Desde o início, havia uma unanimidade no sentimento de que o fato era próprio para uma comissão parlamentar de inquérito. E reparem como a vida dá voltas: não foi um jornalista, não foi um parlamentar do Governo ou da Oposição, não foi um membro do Governo, mas foi o próprio Sr. Eduardo Jorge quem concedeu uma entrevista em que "abriu o jogo", contando fatos que levaram à convocação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Na minha opinião, no meu pensamento, na minha maneira de ver a democracia, uma comissão parlamentar de inquérito é uma rotina na vida parlamentar, é o normal, é aquilo que se faz no sentido de buscar a verdade. Algo que guardo das comissões parlamentares de inquérito do Senado é a absoluta imparcialidade com que elas são realizadas. E esse fato deve ser analisado com profundidade.

Na Comissão mais polêmica do Congresso – a CPI do **impeachment** –, a decisão foi quase que unânime, pois, se não me engano, apenas três ou quatro parlamentares votaram de forma contrária. O Líder do Governo no Congresso Nacional votou a favor do **impeachment**. Houve quase que uma unanimidade, repito, de votos favoráveis ao **impeachment**. Na Comissão dos Anões do Orçamento, tal fato se repetiu.

A CPI – isto é importante de ser analisado – não fica na conversa. Por exemplo, vou a uma Comissão Especial e conto a minha versão, e a Senadora Heloísa Helena também conta a sua versão. S. Ex^a é mais inteligente do que eu e conta a história de uma maneira mais elaborada, mais competente, mas nem assim S. Ex^a consegue destruir a minha versão, porque ela é minha e eu tenho o direito de falar. Como S. Ex^a e eu não podemos provar que estamos dizendo a verdade,

como nem S. Ex^a nem eu podemos provar que estamos mentindo, há que se respeitar. Numa CPI, eu conto a minha versão, e a Senadora conta a versão dela. Porém, abrem-se as contas, quebra-se o sigilo bancário, tem-se acesso à vida de um e de outro e pode-se verificar que o Senador Pedro Simon não é aquilo que se pensava; que os números que S. Ex^a apresentou não são corretos, enquanto os números que a nobre Senadora Heloísa Helena apresentou correspondem à verdade. É por isso que, em uma CPI, se consegue um entendimento muito mais fácil do que em uma comissão permanente, já que, em uma comissão permanente, não há esses mesmos procedimentos. Já se disse que podemos fazer, no Congresso Nacional, o discurso mais bonito, mais empolgante, mais entusiasmado, aquele que deixa a pessoa apaixonada e fanatizada, mas não se consegue mudar o voto de ninguém. O cidadão tem sua convicção e vai votar do jeito que pensa. É assim na comissão permanente; é assim também no plenário. Na CPI, entretanto, é diferente, porque ali é possível a apresentação de provas. Por que os apaixonados pelo Collor quase enlouqueceram quando se falou em criar a CPI do **impeachment**? Por que eles defenderam, lutaram e se esforçaram para impedir o **impeachment** do Collor, mas, no final, votaram a favor? O que os fez mudar? Foram os discursos? Coisa nenhuma. O que os fez mudar foram as provas apresentadas pelo motorista, quando veio aqui e mostrou os cheques que eram usados para pagar as despesas da Casa da Dinda, que provou as contas fantasmas, os cheques que eram assinados por uma funcionária do escritório de PC Farias e que o carro Elba do Presidente da República, comprado lá em Goiânia, tinha sido adquirido com um cheque fantasma, cujo número foi especificado, mas que, entretanto, o carro saiu da agência em nome do Presidente da República. Os defensores do Collor estavam presentes a esse depoimento e, quando viram as provas, acreditaram nelas. Como S. Ex^a não respondeu, não disse nada, não comprovou a falsidade dos cheques, nem desmentiu a testemunha, alegando que era doido, inimigo, era isso ou aquilo, enfim, não comprovou o contrário, verificou-se que o que se dizia do Sr. Fernando Collor de Mello era verdade. E os Parlamentares que votaram nele, que eram seus amigos, que foram ministros e líderes de seu governo votaram pela cassação do seu mandato.

Portanto, quando se quer buscar a verdade, o caminho é a CPI. Foi assim com a CPI dos Anões do Orçamento e continua sendo assim até hoje. Convo-

car uma CPI não quer dizer que vamos obrigatoriamente condenar alguém. A Oposição, certa vez, solicitou uma CPI para o Presidente José Sarney. Ela foi convocada, criada e instalada. E a CPI foi dura com o Senador Sarney. Buscou todos os elementos imagináveis e inimagináveis que envolvessem S. Ex^a. A Oposição estava ali, exigindo, buscando fatos em um momento que o Senador José Sarney estava sofrendo um desgaste enorme. S. Ex^a estava sem prestígio, sem credibilidade, o Plano Cruzado tinha ido por água abaixo, ele praticamente não tinha maioria no Congresso Nacional que o sustentasse, só que ele foi amplamente absolvido, porque não encontraram fato de corrupção que envolvesse o Presidente José Sarney, que foi absolvido. Uma mesma CPI que encontrou fatos contra um Presidente que estava no auge do seu prestígio, que era o Fernando Collor, quando o povo ia às ruas e berrava em seu favor e contra a CPI, e ele foi cassado porque se encontrou elementos contra ele, absolveu o Sr. Sarney, que não teve uma voz a se levantar por ele, porque não encontrou um fato que envolvesse a sua dignidade.

Repito, para que vale a CPI? A CPI é um processo, e o Congresso Nacional, o Senado Federal se transforma em um tribunal. A CPI tem os poderes de polícia, de promotor, de tribunal. É possível fazer tudo imediatamente. Pode convocar depoentes que, se não vierem espontaneamente, serão escoltados pela polícia e trazidos para depor; pode determinar investigação na casa das pessoas, abrir as suas contas, investigar a sua vida, entrar por dentro e por fora. Por isso, em termos policiais e penais, a CPI é a única que está funcionando certo neste País. O Poder Judiciário não anda, a Procuradoria também não. Na verdade, lamentavelmente este é o País da impunidade. Na CPI, podemos fazer tudo que o promotor e o juiz fazem, menos processar e condenar, prender ou denunciar. Fora isso, o resto nós podemos fazer. Por isso que as questões andam.

De repente, o Governo resolve que não quer mais CPI. Justamente ele que tem uma maioria ampla, quatro por um, não quer mais CPI, e não é por medo de perder, porque tem maioria tranqüila em qualquer CPI. A rigor, os Parlamentares ligados ao Governo, de certa forma, têm um pouco de preguiça em defender o Governo, um pouco de amor próprio em não querer defender o Governo. Na verdade, eles não deixam criar a CPI.

A Oposição, por intermédio da Senadora Heloísa Helena, exigia a CPI. O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente desta Casa, afirmou que foi aprova-

da a criação de uma subcomissão permanente junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de investigar fatos que ocorreram e que foram investigados durante a CPI do Judiciário. Opa! Eureka! Está aí a fórmula. Então vamos criar a subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para investigar fatos como o do Sr. Eduardo Jorge, que envolve acontecimentos relacionados ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Justiça seja feita, teve saída a Senadora Heloísa Helena e outros Parlamentares da Oposição: disseram que não era possível, porque investigar as contas, abrir as contas e terminar com o sigilo é atribuição de CPI, não de subcomissão. O Sr. Antonio Carlos Magalhães responde, afirmando que S. Ex^a está enganada, que poderá ser atribuição da Mesa. Se a subcomissão faz um requerimento e o envia à Mesa, a Mesa decidirá. E se a Mesa decidir pela quebra do sigilo bancário e pela abertura das contas, está decidido, serão abertas. O Senador Antonio Carlos garantiu que assumia esse compromisso.

Diante disso, instalou-se a subcomissão mediante a palavra do Presidente do Senado. Veja que coisa interessante: a Líder da Oposição dizendo que não era possível e o Presidente do Congresso Nacional dizendo que era. Baseado nisso, instalou-se a Subcomissão. Não nego que, desde o início, havia um clima meio gélido, sem grande perspectiva do que iria acontecer. Mas criou-se a Subcomissão.

Um ilustre membro do Governo apresentou-se para ouvir todos os elementos ligados ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, todos os representantes ligados ao Tribunal Superior do Trabalho e muitas pessoas mais. Dissemos que iríamos ouvi-los. Não havia problema nenhum. Assim, ouviu-se um, ouviu-se outro e mais outro.

As próprias pessoas terminaram por demolir o depoimento do Sr. Eduardo Jorge. Elas mesmas, entre si, demoliram o depoimento naturalmente, sem nem precisar responder às perguntas dos Parlamentares. No depoimento elas disseram isso.

Ouvindo mais um e mais outro, decidiu-se.

Houve um fato complexo: o Sr. Itamar Franco entrou com um pedido. Ofereceu-se para ser ouvido, mas queria ser inquirido juntamente com o Presidente da República. A Subcomissão decidiu que não havia por que ouvi-lo junto com o Presidente da República. Se ele queria ser ouvido, o Presidente da República, não. E não pensávamos em convocar o Presidente da República. Portanto, alterou-se o requerimento

e convocou-se o Sr. Itamar Franco. Há uma data marcada para S. Ex^a depor.

Houve uma série de sugestões. Por exemplo, ouvir a Sr^a Marta Suplicy; ouvir o Sr. Delfim Netto e outros que foram convocados. Tudo bem!

Ontem deveria ter sido convocado o Sr. Clóvis Carvalho, ex-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. A reunião de ontem foi realmente fúnebre. Primeiro, foi marcada uma reunião só para ontem; para hoje, não. Tínhamos sempre duas reuniões: uma na terça e outra na quarta-feira – não conseguimos entender por que não houve reunião na quarta-feira, mas só na terça. Na reunião de terça-feira, o vice-Presidente não compareceu, e não veio o Relator. Não houve problema. A Subcomissão tinha maioria.

Na terça-feira passada, ao pedir a convocação do ex-Ministro Clóvis Carvalho, o Relator disse que gostaria de dar parecer, o que é absolutamente correto; é um direito dele. Então, isso ficou marcado para ontem. Porém, ontem, o Relator não estava presente, mas encontrava-se uma pessoa – perdoe-me o Relator – tão brilhante ou mais do que ele, que é o ilustre e brilhante vice-Líder, Senador pelo Maranhão. Pedimos, então, ao vice-Líder Relator que desse o seu parecer. S. Ex^a só faltou dizer – se é que não o disse – "afasta de mim esse cálice"! Mas deixou claro que, segundo o seu entendimento, essa era uma matéria do Governo. Portanto, deveria ser deixada para a próxima semana, para o próprio Relator relatá-la. S. Ex^a disse que não gostaria de relatar uma matéria daquela natureza.

Tudo bem! O Relator não estava. O Relator substituto disse que não gostaria de relatar a matéria. Pense o que se pensar, há lógica nesse fato. Trata-se de uma matéria complicada. O Relator substituto não conhece o pensamento do Governo; portanto, seria melhor deixá-la para a terça-feira seguinte.

Lamento profundamente. Acho que isso não é correto e digo que a CPI vai ter que se decidir. E, na próxima terça-feira, vamos ter que decidir se convocaremos ou não o ex-Ministro Clóvis Carvalho. Se não o convocarmos, dizia eu, não há por que continuar a reunião da Subcomissão.

Depois da reunião, nos corredores – e não na reunião –, estava o Líder do Governo. S. Ex^a disse que não iria convocar o Sr. Clóvis, que não havia razão para isso; que nós, a Senadora Heloísa Helena, a Oposição e outros estávamos querendo fazer um palanque na subcomissão. Queríamos armar um circo na subcomissão! Que, se se convocasse o Sr. Clóvis, teria que se convocar também o cidadão que recebeu

o projeto aqui, no Congresso, e o levou à Comissão de Orçamento e outros. Ora, acho que a convocação do ex-Chefe da Casa Civil é de uma lógica retilínea.

Estávamos ouvindo o Sr. Martus Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão – olha que é um cargo bonito! Orçamento, Planejamento e Gestão! S. Ex^a depôs, falou várias vezes, conversou, explicou, deu todas as explicações; analisou, falou, falou novamente e, durante toda a sua fala, uma das questões que se tornaram importantes foi a seguinte: o Presidente da República teria dito que assinou o projeto, mas que não o leu. Que projeto? Aquele que Sua Excelência enviou ao Congresso e por meio do qual pediu R\$27 bilhões para o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, sob o argumento de que o Tribunal Superior do Trabalho alegou que caso não se continuasse a construção, o prédio cairia, se estragara, aconteceria isso e aquilo. Portanto, acharam que deveriam atender a essa solicitação.

Ora, esse pedido vinha de encontro à rejeição feita pelo Congresso Nacional em relação a um projeto semelhante, de 14 ou 15 bilhões, destinados ao mesmo Tribunal. Na Comissão de Orçamento, Parlamentares falaram contra o projeto e mostraram o parecer do Tribunal de Contas da União. Várias matérias na **Folha de S. Paulo** publicaram o escândalo e as graves irregularidades que o envolviam. Tão graves que esta Casa – que não é uma Casa de Santo em se tratando de Orçamento – resolveu rejeitar. Rejeitou o pedido e o diminuiu; de 17 ou 16 bilhões, passou para 4 ou 5, o necessário para pagar as indenizações, os empregados e honrar outros compromissos.

Apesar disso, o Presidente enviou ao Congresso um projeto, aumentando de 17 para 27 bilhões, e pedindo para que se aprovasse a matéria.

O Sr. Martus Tavares, que ainda não é um profissional em Orçamento, baseava a sua tese no sentido de que isso era um direito absoluto. Em termos financeiros, o Poder Judiciário pede e ao Presidente da República não cabe analisar, não cabe ler, não cabe fazer nada. É assinar e mandar. Trata-se da independência dos Poderes.

S. Ex^a cometeu um equívoco grave, porque se confundiu quanto ao duodécimo. Realmente, o duodécimo correspondente ao pagamento de funcionários é sagrado e, a cada mês, o Governo o manda para o Poder correspondente. Mas não quanto à execução de novas obras, o que é fruto do debate, da discussão e da polêmica entre Executivo, Legislativo e Judiciário, que lá pelas tantas o fazem e lá pelas tantas não o fazem.

Quando fui Governador, na polêmica com o Judiciário sobre o que fazer e o que não fazer, tomamos uma decisão em conjunto: que a obra mais necessária, importante e indispensável era o Fórum de Porto Alegre, e que ela seria feita. Essa obra, no meu Governo, foi começada, tocada e inaugurada, mas a fizemos no entendimento. Não foi "eu quero isso, eu quero aquilo." Claro que o Tribunal veio pedindo sete, oito obras, e eu neguei, mas chegamos à conclusão de que aquela era a obra. A proposta, então, veio para o Congresso, que a aprovou.

Quando perguntei: "Mas, Ministro Martus, depois que V. Ex^a entregou o projeto para o Presidente Fernando Henrique, está certo de que Sua Excelência não o leu? Fernando Henrique disse que não, mas V. Ex^a não lhe esclareceu: 'Olha, Presidente, trata-se daquele projeto do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, vetado pelo Congresso Nacional e sancionado por Vossa Excelência, que, agora, estamos enviando novamente porque o Tribunal Superior do Trabalho está pedindo'? V. Ex^a falou-lhe isso?" E S. Ex^a me respondeu: "Mas não falei sobre isso com o Presidente, falei com o Chefe da Casa Civil."

Quando S. Ex^a me disse que falou com o Chefe da Casa Civil, imediatamente pedimos para convocá-lo, porque nos poderia explicar, inclusive, como andam os projetos da Presidência. Se o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre um projeto dessa natureza e importância, não fala com o Presidente e o entrega ao Chefe da Casa Civil, que o leva ao Presidente, é natural que queiramos ouvi-lo. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que se, na terça-feira, a Subcomissão não aprovar a vinda do Chefe da Casa Civil para depor, não haverá mais o que se fazer. Como também não tenho dúvida de que estamos perdendo um tempo sagrado.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães pode ser o Presidente do Senado, mas a mágoa demonstrada pela Senadora Heloísa ao manifestar sua retirada tem relação com essa sua decisão. Desde o fim de julho, passando por agosto e já chegando a 07 de setembro, S. Ex^a vem sempre dizendo: "Eu vou ver. Eu vou analisar. Eu vou estudar." Por amor de Deus! Nós, os membros da Subcomissão, passamos o mês de agosto sozinhos na Câmara e no Senado. Estamos, no mês de setembro, praticamente sozinhos nesta Casa. Há mais alguém, como V. Ex^a e outras ilustres pessoas que nos honram, mas, em tese, quem está aqui permanentemente, desde agosto, são os membros da Subcomissão.

Por que o Presidente do Senado não resolveu, não decidiu essa matéria? Se S. Ex^a se decidisse por ouvir as pessoas, teríamos todo esse tempo, pela manhã, à tarde e à noite, para ouvi-las, e não deixaríamos para fazê-lo no mês de outubro, depois das eleições, quando teremos uma correria de gente e de projetos. Nesse momento, vão querer apressar a Subcomissão, atrás da vistoria de papéis, o que poderiam ter feito com tranquilidade nos meses de agosto e setembro.

Primeiramente, o Presidente do Senado disse que ia pensar; depois, disse que ia refletir, e, em seguida, disse que já tinha se decidido, mas que não conseguia **quorum** na Mesa. Olhem que o prestígio do Presidente Antonio Carlos já foi maior! Agora, não consegue **quorum** na Mesa. Para que S. Ex^a quer **quorum** na Mesa? "Não consigo **quorum** na Mesa e não posso cometer a indelicadeza de comunicar a minha decisão antes de, em primeiro lugar, dá-la aos membros da Mesa."

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa comunica a V. Ex^a que o seu tempo já foi ultrapassado em 10 minutos e pede que conclua o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Passou em dez, mas faltam quatro horas para terminar a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Ex^a dispõe de 20 minutos, em igualdade de condições com os outros oradores. Há outros oradores inscritos para falar após V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu sei, Sr. Presidente. Estou apenas querendo dizer-lhe que há algo, na História, que se chama bom senso. Onde a Humanidade não tiver bom senso, não haverá o que a oriente.

Há cinco pessoas presentes. Delas, uma pessoa já se pronunciou e eu estou falando. O Vice-líder do Governo está inscrito, mas até as 18:30h, por mais tempo que eu ocupe, e vou terminar, S. Ex^a terá uma oportunidade enorme para falar. Então, vamos pelo menos falar, Sr. Presidente. É melhor falar do que encerrar. As únicas pessoas que podem ficar um pouco magoadas – e eu lhes peço desculpas – são as da Taquigrafia, mas é o trabalho delas, desde que estejamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nobre Senador Pedro Simon, a Mesa está cumprindo o Regimento Interno, que estabelece 20 minutos para cada orador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma das coisas bonitas que vejo em V. Ex^a é isto: cumprir o Regimento Interno. O resto é o resto. O resto – se cumpre ou se não cumpre, se faz ou se não faz – é o resto. Há coisa importante na vida, mas não como o Regimento Interno.

Olhe, parece que estou vendo V. Ex^a e alguns outros ao chegarem no céu:

- O que V. Ex^a fez no Senado?
- Cumpri o Regimento Interno!
- Pode entrar! Pode entrar!

Cumpriu o Regimento, então. E o resto? Bom, o resto é outra coisa.

Mas dizia eu, de coração, não acredito que o Senador Antonio Carlos esteja fazendo um gesto dessa natureza e creio que a culpa é do Diretor-Geral da Mesa, que já devia ter falado com S. Ex^a: "Presidente, V. Ex^a não deve dizer que já tem a decisão pronta e que não quer comunicá-la antes de ouvir a Mesa. Presidente, V. Ex^a tem que dizer que já tem a sua decisão pronta, mas que tem que levá-la à Mesa, para esta decidir." Lembre-o disso que S. Ex^a vai gostar, porque tenho certeza de que S. Ex^a não está agindo de má vontade. Como o Diretor-Geral ainda não o orientou, S. Ex^a está fazendo.

No entanto, a verdade é esta: S. Ex^a ainda não ouviu a Mesa. Agora, anuncia que talvez o faça se conseguir **quorum** no dia 12.

No dia 12, reúne-se a Mesa. O que S. Ex^a vai fazer? Vai permitir que abramos as contas do Sr. Eduardo Jorge e de outras tantas pessoas, como a Oposição pediu? Vai haver uma continuidade.

Vai proibir que a Subcomissão faça isso? E vai permitir, vai liberar à Comissão de Fiscalização e Controle que abra as contas, veja os vistos e tome conhecimento de tudo? Então, que termine a Subcomissão! Para que, então, a instalaram? Para que fizeram esse trabalho todo na Subcomissão? Então, é um trabalho que, sinceramente, com todo o respeito, não tem lógica. Se criaram a Subcomissão, se permitiram que ela fosse instalada, se entraram com requerimento para o Sr. Antonio Carlos, se foi pedida a liberação dos nomes e S. Ex^a concorda, quem tem de fazer o trabalho é a Subcomissão. Se não for a Subcomissão, então ela deve ser fechada. Será muito engraçado. Foi o trabalho mais fantástico que vi em termos de subcomissão.

S. Ex^a tomará a decisão na terça-feira. Acho que S. Ex^a decidirá abrir as contas porque se comprometeu com isso. É a segunda vez que o Presidente Anto-

nio Carlos entra num assunto dessa natureza. Qual natureza? Evitar uma CPI.

Para uma Comissão, a assessoria do Sr. Antonio Carlos formou uma supercomissão, que reuniu as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador mais velho – naturalmente, o Sr. Antonio Carlos –, que decidiu o problema do Sivam. O pedido para instalação da CPI já estava preparado; com isso, a CPI foi "abortada". Disseram horrores sobre aquele trabalho: o que seria feito, o que seria descoberto; disseram inclusive que um Senador teria o mandato cassado. Resultado: o Senador não teve o mandato cassado. O Relator mudou o voto. S. Ex^a havia viajado para a Rússia e para os Estados Unidos; preparou relatórios enormes em seu avião particular – diga-se de passagem, por conta dele. S. Ex^a viajou por vários lugares, fez uma análise profunda da matéria e a conhecia por dentro e por fora. O parecer dele era favorável aos franceses. Mas mudou. Foi favorável aos americanos, e terminou a Comissão. A Comissão acabou e não se provou nada. Não se provou coisa alguma! Não houve nenhuma vírgula e acabou-se a supercomissão. Agora, criou-se uma minicomissão para evitar uma CPI, e o mesmo Senador Antonio Carlos, a essa altura Presidente do Congresso Nacional, tomou as decisões e adotou as providências para apurar os fatos sem que fosse necessário criar uma CPI. S. Ex^a está com a palavra. A Bancada do PT, a Bancada da Oposição, pelo que sei – comunico à sua Líder, neste momento –, retirou-se da Comissão porque não confia e acha que chegou ao esgotamento. Eu acato, respeito e admiro a posição do PT e da Oposição mas, com todo respeito – peço que seja compreendido –, defendo a tese de ficar na Comissão por mais algum tempo. Não vou facilitar o trabalho da Liderança do Governo, porque, com a saída da Oposição, na terça-feira tiram o meu requerimento para chamar o Sr. Clóvis Carvalho, dizendo: "Não. O Sr. Clóvis Carvalho não precisa mais vir..." e votam contra. Na terça-feira, estarei lá exigindo a vinda do Sr. Clóvis Carvalho, e vou ficar lá esperando a decisão do Sr. Antonio Carlos Magalhães com relação aos requerimentos que a Subcomissão remeteu.

Se se rejeitarem a ouvir o Sr. Clóvis Carvalho e se o Sr. Antonio Carlos indeferir ou der um processo ilógico às decisões dos requerimentos, imediatamente acompanharei a Bancada do PT e também me retirarei, porque aí não tenho o que fazer. Mas não vou facilitar, não porque o PT queira. Minha querida Líder,

entenda-me, pelo amor de Deus. Não interprete diferente. Não. O PT atuou com respeito e admiração a sua atuação. Mas pode ser que, na linha transversa e indireta, e como o Governo não está tendo muita preocupação com a parte ética – “mas vai ficar mal, o PT se retirou, mas que coisa...” –, eles vão dizer: “Que alívio. Agora não precisamos mais trazer o Sr. Clóvis Carvalho, etc.” Eu não. Na terça-feira, estarei lá insistindo na convocação do Sr. Clóvis Carvalho e haverá **quorum**, apesar de a Oposição ter saído. Pelo que senti, as pessoas vão votar favoravelmente, porque o Sr. Arruda está falando sozinho. As pessoas reconhecem que o Chefe da Casa Civil era o Sr. Clóvis Carvalho. As pessoas reconhecem que o Ministro Martus disse que não falou com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e que entregou o processo para o Sr. Clóvis Carvalho e que o Sr. Clóvis Carvalho, Chefe da Casa Civil, foi quem levou o processo para o Presidente da República. Como é que não vamos ouvir o Sr. Clóvis Carvalho? E vamos ficar ali porque, se sai a Oposição e se ficarmos mais ou menos sem **quorum**, o Dr. Antonio Carlos vai dizer: “Pois é, mais eu tinha tudo pronto. Eu já tinha dado os nomes dos que iam falar. Está tudo resolvido e agora não vai acontecer mais, que pena!” Não! Estarei cobrando a palavra do Sr. Antonio Carlos para dar os nomes e dizer o que podemos fazer com eles.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Pedro Simon, V. Exª sabe que o respeitamos e admiramos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É recíproco.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Presenciamos a participação de V. Exª na Subcomissão. Em momento algum, V. Exª criou impedimento ou obstáculo para qualquer comissão parlamentar de inquérito. V. Exª subscreve todos os requerimentos de criação de comissão parlamentar de inquérito. Quero apenas fazer um pequeno esclarecimento. Sei que V. Exª reconhece que, apesar da náusea de engolir a nossa intolerância diante da base governista que não queria aprofundar as investigações, participamos, ficamos até altas horas da madrugada junto com V. Exª para garantir o aprofundamento das investigações. Entretanto, os documentos que sairão da Mesa em relação aos requerimentos que apresentamos já não voltarão mais para a Subcomissão. Serão remetidos para a Comissão de Fiscalização e Contro-

le, porque, como a Subcomissão já definiu que os casos que tratam do Eduardo Jorge, fora o TRT, portanto, crimes contra a administração pública, tráfico de influências, exploração de prestígio e intermediação de interesses privados, todos os nossos requerimentos dizem respeito a isso. Então, a resposta, os dados apresentados pelo Presidente – não me refiro aos dados mas aos simples encaminhamentos, como V. Exª disse no início –, se estivéssemos numa CPI, não seria necessário que a Mesa se reunisse para encaminhar um requerimento de informação nosso, isso já teria sido feito, e nem haveria necessidade de uma subcomissão. Não precisaríamos estar na Subcomissão. Qualquer um de nós aqui pode apresentar requerimento de informações sem estar em subcomissão nenhuma. Na terça-feira, a Bancada de Oposição e certamente V. Exª também, mesmo não sendo membro, como eu também não sou, da Comissão de Fiscalização e Controle, estaremos lá exigindo providências. Não daremos trégua alguma ao Governo! O Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá, na terça-feira, terá que disponibilizar para todos nós a agenda de trabalho da Comissão, visto que, até agora, infelizmente, só se reuniu duas vezes este ano. Queremos a agenda das reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle. Essa Comissão que, por delegação da tal Subcomissão – aliás, nem precisava dessa delegação –, agora é instituída como instrumento para fiscalizar, está prevaricando esse tempo todo. Com base em todas as informações, tenho certeza, assim como V. Exª, de que caberá à Mesa Diretora simplesmente encaminhar, pois se trata de requerimentos de informação e são, portanto, indisputáveis. Tenho absoluta certeza de que a Mesa Diretora encaminhará os requerimentos de informações ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, que, por sua vez, terão 60 dias para responder. Caso não enviem respostas completas, encaminharemos um novo requerimento para solicitar a complementariedade dos dados. Enquanto isso, estaremos, juntamente com V. Exª, na Comissão de Fiscalização...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª acha que é isso que o Presidente Antonio Carlos vai decidir?

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Em relação às informações? A Oposição não aceita outro encaminhamento; entende que houve um mecanismo protelatório, porque isso não foi feito antes. A discussão do sigilo, como bem lembrou V. Exª, foi feita pela Mesa; até então, dizíamos que quem tinha poderes de investigação próprios de autoridade judicial era a

Comissão Parlamentar de Inquérito. A Bancada governista ressuscitou a subcomissão, para que cumprisse algo para o qual não foi criada. Ela foi criada em dezembro de 1999, "dormiu" seis meses e foi acordada, ressuscitada, para fazer parte da operação "abafo", do Governo. Então, discutiu-se que caberia à Mesa encaminhar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A pergunta que faço a V. Ex^a é sobre o que decidirá o Presidente Antônio Carlos.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/ PT – AL) – S. Ex^a não vai discutir nada; terá que encaminhar ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central, à Receita Federal, ao destinatário, para que o requerimento de informação seja cumprido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas ele vai fazer o mesmo que faria, se fosse uma CPI que tivesse concluído seus trabalhos. Não é a mesma coisa que ele vai fazer?

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Exatamente por isso, S. Ex^a não poderá fazer a mesma coisa, e a discussão se dará na Comissão de Fiscalização e Controle*. S. Ex^a simplesmente encaminhará ao Ministério da Fazenda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E como ele faria na CPI?

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Nós discutiríamos já a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Mas trata-se de um requerimento de informações, que S. Ex^a já deveria ter encaminhado. S. Ex^a não terá que disputar. Se agora se discutirá outra coisa, ou seja, se é quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, reintroduziremos a discussão da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Todas as vezes em que o Presidente do Senado Federal tem falado, tem mencionado quebra de sigilo. Todas as vezes, eu o ouvi falar em quebra de sigilo.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – É lógico que S. Ex^a falou da quebra de sigilo, porque, como estamos fazendo requerimento de informações sobre movimentação bancária, trata-se de quebra de sigilo. E a movimentação bancária não é apenas do Eduardo Jorge, mas de uma série de pessoas também.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele disse que vai acatar umas e outras não.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Isso não é possível, porque essas pessoas, segundo indícios relevantes, estão sendo identificadas pelo Ministério Público por estarem traficando influência, explo-

rando prestígio, praticando corrupção ativa, ou, como agentes públicos, intermediando interesses privados, praticando corrupção passiva. Senador Pedro Simon, quero continuar acreditando na democracia. Sei que não vivemos numa democracia, porque esta não existe sem justiça social. Mas, pelo menos, como estamos aqui, sob esta belíssima projeção arquitetônica, dizendo que, como Senadores, cumprimos o que a Constituição obriga – na verdade, não o fazemos; estamos prevaricando há muito tempo –, temos que continuar respeitando a democracia. O Congresso Nacional não quer desmoralizá-la nem a si mesmo. Tenho a absoluta certeza de que o Ministério Público – porque a realidade é implacável, ainda que o Congresso esteja fazendo a opção de se omitir ou silenciar – continuará trabalhando. E, quanto a essa nova instância que foi criada pela operação "abafo", que a é a Comissão de Fiscalização e Controle, o tempo vai tirar a sua legitimidade, do mesmo jeito que a realidade, objetiva e implacável, tirou-a da subcomissão. Então, depois da Comissão de Fiscalização e Controle, nem para o Papa: não haverá mais para onde ir. O único instrumento que se terá para investigar as denúncias que estão sendo apresentadas para uma opinião pública estarecida, sem dúvida, será a Comissão Parlamentar de Inquérito. Prefiro continuar acreditando que, mais cedo ou mais tarde, conseguiremos instalá-la.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Senador Pedro Simon, a Mesa faz um apelo a V. Ex^a para que conclua seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Continuar acreditando, ou acreditar sonhando. Afinal, quando o sonho é coletivo, pode transformar-se em realidade.

Penso, Sr. Presidente, que a subcomissão foi reaberta para estudar esse caso. Ela enviou ao Sr. Antônio Carlos o pedido, para que ele decida sobre a quebra dos sigilos bancário, fiscal e outros, do Sr. Eduardo Jorge. Isso ele fará até o dia 12.

Se a decisão dele – falo a minha opinião, Senadora – for quebrar o sigilo e mandar para a Comissão de Orçamentos, será extinta a subcomissão. Na hipótese de ele mandar para a subcomissão, conforme a argumentação de V. Ex^a, também vou esperar até terça-feira. Deixe-o extinguir a subcomissão. Quer dizer, ele vai extinguir a subcomissão e mostrar o ridículo que fez, criando-a. Ou ele manda o projeto para a subcomissão examinar, ou faz como V. Ex^a está dizendo: envia para um projeto de auxílio orçamentário.

Se ele manda para lá, encerra esta aqui. E, se encerra esta aqui, Sr. Presidente, vai ser o velório

mais sem graça que terei visto, até hoje, nesta Casa, porque, na verdade, não há fundamento. Não sei como um conterrâneo de V. Ex^a, que, justiça seja feita, está fazendo um bom trabalho, um trabalho responsável, vai ficar como alguém que participou disso – e sabemos que ele não participou.

No dia 12 isso termina. Não tenho o otimismo da Senadora Heloísa Helena. CPI eles não deixam criar, porque nela eles perdem o controle; CPI é boa quando feita com liberdade, como fizemos, aqui, há algum tempo: cada Deputado, cada Senador, com a sua consciência. Cassamos 10 Deputados, cada um de nós, com sua consciência. Como Líder do Governo, não falei com um parlamentar; como homem de partido, não falei absolutamente com ninguém, nem a favor, nem contra. Cada um votou como queria.

Agora, quando o Governo se intromete, como na reeleição e em outros casos, realmente, CPI é muito dolorosa, porque se sabe como começa e não se sabe como termina. Outro aspecto, também, que ficará muito claro, nesse sentido, é a figura do Sr. Eduardo Jorge. Não tenho nem admiração, nem restrições ao Sr. Eduardo Jorge; apreendi a conviver com ele, primeiro, aqui, no Congresso, caminhando pelos corredores – ele, colado no Senador Fernando Henrique Cardoso, como seu auxiliar direto. Depois, várias vezes, no Itamaraty, quando ia falar com o Fernando Henrique – chanceler –, ele sempre estava lá, na antecâmara. Depois, no Ministério da Fazenda, a mesma coisa: ele sempre estava lá. No primeiro Governo do Sr. Fernando Henrique, não me lembro de uma ocasião em que eu tenha ido ao Palácio e não o tenha encontrado.

Se não sair a CPI, se não sair nada, a figura do Sr. Secretário-Geral vai ficar indelevelmente marcada. E o que vai marcar a sua biografia não é a história que contou, ou seja, que comprou uma casinha, duas casinhas, três casinhas, quatro casinhas, com a ajuda da mulher e, depois, vendeu uma casinha, duas casinhas, três casinhas, quatro casinhas, cinco casinhas, seis casinhas e, juntos, reuniram o dinheiro, colocaram-no em um fundo e compraram – não sei – uma casa ou um apartamento muito bonito.

Esta é a história que ele contou e que tem tudo para ser verdadeira. Mas, se é verdadeira, não há nada para se querer fugir da CPI. Se se foge da CPI, fica a imagem de que a história não é bem assim; fica outra história sobre os não sei quantos telefonemas do Sr. Nicolau; fica a história de que as coisas que se comentam são diferentes. E isso não fica bem para o Presidente.

Abram-se as contas desse rapaz, investigue-se esse rapaz. Que aconteça o que tiver que acontecer! “Operação mãos limpas”, como disse o Presidente Fernando Henrique há quinze dias. Iniciou-se a “operação mãos limpas”, que se comece nesse projeto.

Muito obrigado pela generosidade de V. Ex^a, Sr. Presidente. Em meio a tantos Senadores que desejam falar, V. Ex^a teve a grandeza de permitir que eu ficasse na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Agradeço a V. Ex^a a consideração.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, durante muitos anos o Ministro Jarbas Passarinho ocupou com grande brilhantismo, para a honra do nosso País, uma cadeira nesta Casa. E ele aqui, muitas vezes, nos debates mais acesos com um conterrâneo do Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Brossard, dizia – repetindo um sábio pensador – que a verdade se divide em três: a sua verdade, a minha verdade e a verdade verdadeira. Era o que dizia o Senador Jarbas Passarinho.

Hoje ouvimos aqui a verdade brilhante da Senadora Heloísa Helena, a verdade não menos brilhante do Senador Pedro Simon, que consegue ornamentá-la com a sua belíssima gesticulação, com o seu jogo de cena, as suas palavras retóricas e encantadoras e que, até pela beleza dessas palavras, quem está do outro lado da televisão imagina que aquelas são realmente as verdades verdadeiras, e não são!

O que aconteceu com esse episódio, Sr. Presidente, Srs. Senadores? E eu quero, desde logo, não desfazer, não desmentir, mas corrigir apenas uma informação do Senador Pedro Simon: eu não sou Vice-Líder do Governo, fui Líder do Governo do Presidente José Sarney, por um certo período, mas nunca fui e não sou Vice-Líder do atual Governo, sou Vice-Líder do PFL, que é um partido que integra a Bancada do Governo. Mas agradeço!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É que a atuação de V. Ex^a a favor do Governo é tão intensa que eu pensei que V. Ex^a era o primeiro Vice-Líder do Governo, pela sua atuação, pelo seu trabalho, pelo seu brilho, pelo seu esforço. Peço desculpas.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Mas diria a V. Ex^a, apenas para tranquilizá-lo, que a minha atuação, neste caso, é em favor da verdade e da justiça, e não do Governo.

O que aconteceu neste caso – repito – é que houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito – e já vou falar sobre a concepção das comissões parlamentares de inquérito, como surgem, porque surgem – para cuidar do Poder Judiciário. Essa Comissão examinou, à exaustão, tudo quanto quis examinar. Não houve obstrução alguma, de nenhuma parte. Chegando ela ao seu final, houve um pedido de prorrogação e a Maioria parlamentar desta Casa, que havia consentido no seu funcionamento, permitiu que fosse prorrogado o prazo, o que é mais uma demonstração de que a Maioria não deseja e não quer esconder nada.

A Comissão Parlamentar de Inquérito chegou, afinal, às suas conclusões. Elaborou um relatório que foi aprovado inclusive pela nobre Oposição.

Em seguida, como se isso não bastasse, pela primeira vez na história do Parlamento brasileiro, que eu saiba, criou-se uma Subcomissão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para acompanhar os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário. Eu diria que aí foi um algo mais, um plus, talvez um excesso, talvez um exagero ou talvez não, mas isso se fez. Pela mão de quem? Da Oposição? Não. Pela mão da maioria parlamentar.

No recesso parlamentar de julho, eis que surgiu o episódio Eduardo Jorge. Já no final do mês, faltando apenas alguns dias para terminar as reuniões da Comissão Constitucional, eclodiu o episódio, e alguém propôs que se convocasse, às pressas, o Sr. Eduardo Jorge para prestar esclarecimentos. Houve quem se opusesse, por muitas razões. Eu próprio me opus, sob o argumento de que ele seria convidado, poderia vir ou não, e chegando aqui prestaria informações num dia e ficaria tudo por isso mesmo, e não se daria continuidade àquilo que eventualmente ele pudesse dizer no esclarecimento da verdade.

Propus então que fosse deferido à Subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – um órgão de caráter quase permanente em pleno funcionamento – o encargo de examinar a “questão Eduardo Jorge”, pois é da sua competência a abordagem de temas vinculados ao Poder Judiciário.

Quero reconhecer que a Senadora Heloísa Helena, na ocasião, sugeriu que esse assunto fosse para uma comissão mais ampla e mais poderosa, que é a Comissão de Fiscalização e Controle. Foi iniciativa de S. Ex^a. É o reconhecimento que faço. Em verdade, a Comissão de Fiscalização e Controle – e poucos sabem disso – é uma comissão com poderes muito além das demais, exceto a Comissão Parlamentar

de Inquérito. Fui Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle e sei o quanto ela pode – pode muito – e qual é o seu dever: fiscalizar tudo quanto possa estar errado na Administração Pública deste País. É uma comissão tão poderosa que pode chegar a uma obra – a construção de uma hidrelétrica, por exemplo – e mandar paralisá-la sob suspeita de construção errada. Até aí chega o poder da Comissão de Fiscalização e Controle.

Ela é tão poderosa que, inicialmente, foi constituída pelos Líderes partidários – eram os Líderes Eduardo Suplicy, Jader Barbalho, os Líderes do PFL, do PSDB, e assim por diante. Tão importante a comissão é, que os Líderes se auto-indicaram para compô-la. E a sugestão de que o “caso Eduardo Jorge” fosse analisado pela Comissão de Fiscalização e Controle foi dada pela Senadora Heloísa Helena, nobre Líder da Oposição nesta Casa.

Muito bem. O assunto foi, então, encaminhado à subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá chegando, depois de eleito o Presidente e nomeado o Relator, o que faz a Oposição? Pede a presença, com certa urgência – ou muita urgência –, do Sr. Eduardo Jorge e, em seguida, dos Srs. Procuradores da República. A Maioria – e quando digo Maioria, vamos qualificá-la: trata-se de uma subcomissão composta de sete membros; teoricamente a Minoria, a Oposição, dispõe de um só membro, não mais do que um, e a Maioria, seis membros. Na prática, é um pouco diferente – eu sei. Pois bem, esse representante ilustre da Oposição foi pela Maioria eleito Vice-Presidente da Comissão, o que é uma demonstração de que a Maioria não teme fiscalização, não teme exame de coisa alguma, não teme nada. Muito bem, a Maioria, então, aceitou os pedidos da Minoria no sentido de convidar, em primeiro lugar, o Sr. Eduardo Jorge.

Feito o convite, a Oposição já não estava tão interessada assim, preferia que ele ficasse para depois. O Sr. Eduardo Jorge veio depor e, numa reunião que durou mais de oito horas, respondeu a todas as acusações anteriores e a todas as perguntas que lhe foram feitas. No dia seguinte – já que a Oposição gosta tanto de se louvar das páginas dos jornais, e de algum modo eu também –, a imprensa, quase por unanimidade, dizia que ele tinha sido avassalador, arrasador, devastador no seu depoimento.

Não acredito que a nobre Oposição, dessa feita, tenha discordado da imprensa, com quem ela sempre concorda. Terminado o depoimento do Sr. Eduardo Jorge, veio, então, o depoimento dos Procuradores, e

já de novo a Oposição preferia que eles viessem depois. Vieram os Procuradores, que falaram longa e exaustivamente durante todo o tempo que desejaram, embora tivessem antes sido convidados, mais ou menos à sorrelfa, para um encontro com a Oposição, a fim de prepará-la para fazer indagações ao Sr. Eduardo Jorge. Mesmo preparados os membros da Oposição – e aqui não falo só de um –, mas de vários, até porque os que não são membros da Comissão também podem, puderam e fizeram interpelações –, o Sr. Eduardo Jorge saiu-se muito bem. Os procuradores vieram, disseram o que sabiam, e verificou-se que não sabiam muito, pois não haviam sequer iniciado um processo contra o Sr. Eduardo Jorge.

Em seguida, convocou-se o Ministro Martus Tavares, já com uma atoarda nacional, no sentido de que S. Ex^a, que iria representar o Governo, teria de dizer a verdade e que seguramente iria machucar-se no seu depoimento. De novo, a imprensa declara que o Sr. Martus Tavares, Ministro do Governo, saiu-se maravilhosamente bem no seu depoimento.

Uma das coisas que o Senador Pedro Simon mais indagou ao Ministro Martus Tavares – e S. Ex^a ficou-se basicamente em duas questões – referia-se às razões pelas quais o Ministro e o Presidente da República – o Governo – haviam proposto recursos para o Tribunal do Trabalho de São Paulo. O Ministro, então, explicou que jamais propôs recurso para o Tribunal de São Paulo; apenas cumpriu o artigo 168 da Carta Cidadã, do Presidente Ulysses Guimarães, que tantos elogios tem recebido do Senador Pedro Simon e que passo a ler pela segunda vez – a outra foi na Comissão:

“Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias compreendidos os créditos suplementares especiais destinados aos órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público ser-lhes-ão entregues [aqui é imperativo] até o dia 20 de cada mês.”

Ou seja, não compete ao Governo dizer aos tribunais superiores que eles não podem pedir aquilo que estão pedindo, a menos que não conste da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se o pedido não estiver em conflito com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Governo Federal não tem a faculdade de negar recursos aos tribunais federais, nem ao Poder Legislativo nem ao Ministério Público.

Como se isso não bastasse, o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime dos seus Ministros, bai-

xou uma norma regulamentando esse dispositivo, reafirmando que ao Poder Executivo cabe apenas encaminhar o pedido dos tribunais federais superiores ao Poder Legislativo para ser examinado. O Poder Legislativo, este sim, pode recusar os pedidos dos tribunais. Nesse episódio, fez isso? Não, não o fez, mas isso não cabe ao Governo.

A segunda indagação, em torno da qual o Senador Pedro Simon, com a sua grande e bela retórica repito perguntou por mais de vinte minutos, insistindo nela, referiu-se ao fato de o Presidente ter assinado sem ler. Primeiro, criticou muito o Presidente da República por assinar um documento sem ler, segundo notícias que circularam. Depois, reconheceu que ele próprio, Senador Pedro Simon, quando Governador do Rio Grande do Sul, também assinou sem ler alguns documentos, como todos os Governadores o fazem e como todos os Presidentes da República o fazem sem ler. Isso não significa que os governantes assinem todos os documentos sem ler. Não. Eventualmente, assinam um ou outro documento sem ler.

Perguntou-se, então, por que o Ministro Martus Tavares não advertiu o Senhor Presidente, se S. Ex^a não conversou com o Presidente. O Ministro Martus Tavares respondeu que mandou o expediente para a Presidência da República, como se faz ordinariamente não foi somente nesse episódio, não; em todos os episódios, os ministros mandam os expedientes à Casa Civil da Presidência da República, e o Ministro da Casa Civil despacha com o Presidente. Não houve um despacho especial no que diz respeito ao Tribunal. Não. Todos os documentos, todos os processos dos ministros vão à Casa Civil, e o Ministro da Casa Civil despacha com o Presidente da República.

Portanto – repito –, não se trata deste caso, de uma Mensagem ao Congresso Nacional, encaminhando pedido de recursos ao Superior Tribunal do Trabalho.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouvirei V. Ex^a com todo o prazer. Espero não ter que usar os sessenta minutos que o Senador Pedro Simon usou. A Presidência me advertiu de que devo valer-me de somente vinte minutos, mas ouvirei com prazer a intervenção de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não sei como funciona o Governo do Presidente Fernando Henrique, mas, normalmente, o ministro despacha com o Presidente da República e não com o Chefe da

Casa Civil. O ministro leva o projeto para despachar com o Presidente da República e sai com o projeto assinado, ou não, pelo Presidente da República. Essa figura que V. Exª está criando ...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Eu não estou criando. O Ministro Martus Tavares declarou que é assim.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – O Ministro Martus Tavares não declarou que é assim.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Ele disse isso.

O Sr. Pedro Simon (PFL MA) – Ele disse que não despachou o projeto dele com o Presidente, que o entregou ao Chefe da Casa Civil – aquele projeto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Ele nem entregou; mandou ao Chefe da Casa Civil, como faz com todos os demais processos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Com todos os demais, ele não falou.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Falou, sim. É simples: vamos compulsar as notas taquigráficas.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – É muito simples, e não é preciso consultar nada. Nesse Governo que está aí, os ministros despacham os projetos com o Presidente da República? Eles têm audiência marcada com o Presidente e levam o projeto e despacham com Sua Excelência ou mandam o projeto para o Chefe da Casa Civil, e este despacha com o Presidente? Eu fui Líder e fui Ministro. Todas as vezes em que fui ao Gabinete, eu despachei os meus projetos com o Presidente da República. Eu acompanhei o Governo Itamar. No Governo do Sr. Itamar Franco, todos os projetos dos ministros eram despachados pelos ministros com o Presidente da República.

O Sr. Bello Parga (PFL MA) – Não passavam na Casa Civil.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Os ministros levavam o processo ao Presidente da República. O ministro despachava com o Presidente da República o seu projeto. O seu projeto poderia passar antes e depois na Casa Civil. Antes, para a Casa Civil verificar como estava e, depois, para a Casa Civil confirmar como estava, mas quem levava o projeto e o despachava com o Presidente da República era o ministro.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Muito bem. Eu entendi o que V. Exª está dizendo. V. Exª foi Líder e eu também fui; foi Governador e eu, também, fui. Não fui Ministro como V. Exª e sei que, em muitos governos, é exatamente assim como V. Exª relata. Isso não significa, porém, que seja assim com este ou com to-

dos. Cada qual tem o seu estilo. Cada governante tem o seu estilo, e esse é o estilo do atual governante e não está errado. É o procedimento que Sua Excelência adota: confia no seu Ministro da Casa Civil para usando esta expressão deglutir cada processo que recebe.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Desculpe-me V. Exª mais uma interrupção?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Pois não. Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – V. Exª, então, confirma que, com o atual Presidente Fernando Henrique Cardoso, os processos são despachados com o Chefe da Casa Civil?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Eu não confirmo. Quem confirma é o Ministro Martus Tavares e não eu.

Eu estou relatando esses episódios para chegar a um ponto. O Senador Pedro Simon insiste na convocação do Ministro Clóvis Carvalho, e não há qualquer palavra conhecida, de nenhum dos membros da Maioria, em sentido contrário a essa convocação. Insiste para quê, e com que fundamento? O que S. Exª vem dizer aqui? S. Exª vem dizer, se perguntado, se o Presidente da República leu, se não leu; se o ministro advertiu o Presidente de que era uma mensagem do Poder Judiciário ou se não advertiu. Vamos admitir que S. Exª diga que o Presidente leu. Qual é o resultado? Leu, mas era obrigado a enviar, e enviou; ou, então, não leu, mas Sua Excelência foi informado de que era isso e, novamente, estava obrigado a mandar; ou, ainda, nem leu e nem foi advertido o motivo era esse, e Sua Excelência era obrigado a mandar. Qual é a consequência final? Qualquer que seja a resposta do Ministro Clóvis Carvalho, o resultado final teria de ser o mesmo, ou seja: envio ao Poder Legislativo, a menos que o art. 168 da Constituição não deva ser cumprido, e nós não estamos numa ditadura.

Estamos vivendo sob o império da lei, e esta é a lei. No instante em que não cumprirmos a Constituição da República, não estaremos cumprindo a lei e estaremos vivendo, portanto, um período ditatorial, que parece ser para onde o Senador Pedro Simon quer nos encaminhar.

Sr. Presidente, nenhuma comissão parlamentar de inquérito pode ser constituída nesta Casa sem o consentimento da maioria parlamentar. Por que consentimento? Para a criação de uma CPI são necessárias tantas assinaturas quantas sejam as exigidas pelo Regimento, e a oposição não dispõe de número para constituir comissão parlamentar de inquérito

nesta Casa. Esse número se completa com as assinaturas dos representantes da maioria. É assim que se constitui uma comissão parlamentar de inquérito.

Aqui procura-se dar a impressão de que se instala ou não se instala uma CPI em função da vontade do governo. Se fosse assim, todas as que foram criadas só foram criadas porque o governo as desejou.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a outro aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a novamente, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A CPI é um direito de minoria, pois para instalá-la basta um terço de assinaturas. Um terço de assinaturas permite a instalação de uma CPI. O governo pode ter 66,66% dos votos do Congresso, porque com um terço dele instala-se uma CPI.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Já vou demonstrar a V. Ex^a que não é assim, citando um representante ilustre do seu partido ou da sua grei política ou do seu estado político, mas chego lá em seguida. Pode concluir o aparte V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Um terço é suficiente. O problema é que vivemos num país cujo Congresso enfrenta uma tal instabilidade...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O Congresso? Instabilidade?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Instabilidade de decisões, de coragem, de afirmativa por parte dos parlamentos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Não vejo isso, temos um Congresso afirmativo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Tanto é instável, que não temos um terço de assinaturas. A oposição representa mais do que um terço da Casa, mas não temos o terço necessário de assinaturas para criar uma CPI. É preciso coragem para assinar uma CPI.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a está falando mal da oposição agora? Já falou mal do Presidente da República e agora fala mal da oposição?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não. Estou falando que muitos parlamentares da oposição preferem não assinar uma CPI porque sabem que, se a assinarem, não levam mais nada do governo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, os senadores da oposição não merecem uma censura dessa natureza de V. Ex^a. Perdoe-me, mas tenho que defender os senadores da oposição. A realidade é que a oposição não dispõe de

um terço e, se não tem um terço, não pode convocar uma comissão parlamentar de inquérito, a não ser com o assentimento da maioria parlamentar.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a tem razão quando diz que, no momento, precisamos de alguns votos independentes da base governista. É evidente que a oposição ainda não tem um terço, mas é claro que a arrogância de V. Ex^a ...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo reconhecimento.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – A arrogância de V. Ex^a, o tempo todo insistindo que não temos esse terço, apenas consolida, junto à opinião pública – e espero que a opinião pública a todo momento esteja nos vendo – a idéia de que é necessário garantir a eleição de parlamentares que atuem de forma independente. A independência, sem dúvida alguma, é um instrumento fundamental para evitar a desmoralização do Parlamento. Neste momento, o que todas as pessoas devem estar se perguntando é simplesmente isso: por que não investigar? Somente isso. O Senador Renan Calheiros acabou de soltar uma nota para a imprensa, dizendo que está deixando a Subcomissão porque não quer dirigir uma subcomissão que represente um único segmento político. Termina dizendo que a oposição está fechando uma porta, a única até agora existente, de apuração. Diz também que isso pode servir para sepultar o assunto, o que só agradaria àqueles que sempre pretenderam desqualificar a Subcomissão. Nós, da oposição, temos que dizer a V. Ex^a e a todos os que nos escutam que a Subcomissão abriu uma nova porta, que foi a porta da Comissão de Fiscalização. V. Ex^a reconheceu, porque lembrou muito bem, que no início nós dizíamos que a Comissão de Fiscalização poderia se debruçar sobre esse tema. No entanto, quem impediu que ela trabalhasse esse tema foi a bancada governista que, de repente, ressuscitou uma subcomissão criada em dezembro com um objeto muito claro. Foi dito à sociedade que essa subcomissão podia o que, efetivamente, não podia. Ela não tinha capacidade para investigar todos os outros indícios relevantes que eram apresentados tanto pelo Ministério Público como pelo jornalismo investigativo e que, efetivamente, o Congresso Nacional nada fez para investigar. Ainda prefiro aquela velha máxima popular segundo a qual quem não deve não teme. Se o governo não tem nada a te-

mer, que se estabeleçam os mecanismos formais que não estão nos estatutos dos partidos de esquerda – algo que V. Ex^a reivindica tanto da Constituição –, que é a instalação da comissão parlamentar de inquérito. A base governista e a realidade objetiva, a realidade implacável, enterraram a Subcomissão – não fomos nós que a enterramos; a realidade implacável enterrou a Subcomissão. Nós até velamos o morto, mas nós não estamos mais dispostos a andar com o caixão até o túmulo. Nós participamos do velório porque sabíamos antecipadamente que a Subcomissão era um natimorto. Ficamos no velório, mas levar para enterrar na cova é tarefa da base governista. Abre-se agora a Comissão Fiscalização. Mesmo não sendo membro, como eu não sou membro, espero que V. Ex^a, como eu estarei, esteja, a partir da próxima terça-feira, na Comissão de Fiscalização, onde um novo fórum de debates será aberto. A Subcomissão tinha um monte de requerimentos da base governista para investigar a periferia da corrupção, mas não investigou, V. Ex^a sabe disso. O depoimento do Sr. Eduardo Jorge, que V. Ex^a caracteriza como fundamental, foi desmantelado, a não ser que V. Ex^a queira dizer que todos os representantes dos tribunais regionais do trabalho ou do TSE mentiram, porque passaram o tempo todo dizendo que não existia autonomia administrativa e financeira. Nós já sabíamos que o argumento utilizado pelo governo em relação à indicação de juízes classistas golpeava a autonomia administrativa. Eles disseram que não existia isso e disseram muito mais, riram diante da afirmação feita por Eduardo Jorge de que a indicação de alguns poucos juízes classistas efetivamente iria modificar a decisão do Tribunal. Eles riram diante da autonomia administrativa e deram exemplos como o de um balde na mesa para apagar goteira, disseram que viviam com pires na mão para solicitar recursos. Senador Edison Lobão, estaremos na próxima semana na Comissão de Fiscalização solicitando que todos esses requerimentos vão para lá – a Subcomissão virou estação de transbordo. Informações que não diziam respeito, única e exclusivamente, a um caso, eram encaminhadas para a Comissão de Fiscalização e Controle. Ao encaminhar requerimentos para a Comissão de Fiscalização e Controle, a Subcomissão ajudou, se é que assim pode ser dito, a fazer o seu próprio enterro. Todos nós estaremos na Comissão de Fiscalização e Controle. Aliás, ao serem despachados os nossos requerimentos que tratavam das outras discussões, indícios relevantes sobre Eduardo Jorge, foi dito que estaríamos todos na Comissão de Fiscalização e Controle – não podia ser reunião conjunta –, para dar

continuidade às informações. Entendemos ser interessante a posição do Senador Renan Calheiros ao não querer representar uma comissão chapa branca – ele não usou esse termo –, uma comissão que representa apenas a base governista.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O Senador Renan Calheiros não se prestaria a esse papel.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Sim, mas eu posso dizer, não estou tratando dele. Estou falando em comissão chapa branca, porque não havia contraditório – isso, apesar de haver membros do PMDB, como o Senador Simon, que disse que fica até o dia 12, e o Senador Requião, que disse que já saiu. A Subcomissão, de fato, passa a não existir mais, já haverá uma nova porta na próxima semana, porque a realidade é implacável. Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, Senador Edison Lobão, desculpem-me por estar extrapolando os dois minutos, mas preciso concluir o meu raciocínio.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senadora, V. Ex^a pode dispor à vontade.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Sei que do mesmo jeito que a Bancada governista saltitou alegremente, sorriu, ficou oxigenada com a Subcomissão, a realidade implacável se encarregou de enterrar a Subcomissão. Agora, ressuscitaram a Comissão de Fiscalização e Controle, o que era proibido há alguns meses, como instrumento fundamental para tal propósito. A realidade, que é implacável, ajudará a enterrar também o episódio, porque a referida Comissão não dispõe de instrumentos e poderes próprios de investigação. Portanto, mais cedo ou mais tarde – e V. Ex^a tem razão quando diz que vai precisar dos votos de pessoas que estão em Partidos da Base governista –, a realidade inexorável imporá ao Congresso Nacional a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito. Embora o Congresso esteja optando pela omissão, o Ministério Público continua investigando e estaremos na Comissão de Fiscalização e Controle nas próximas duas semanas – esperamos que o Senador Romero Jucá esteja lá presente, apesar de saber que sua esposa é candidata à prefeitura, de segunda a sexta-feira, analisando todos os documentos e dando prosseguimento a todos os depoimentos, o que será muito interessante, pois comparecerão à Comissão de Fiscalização e Controle pessoas que ou estavam como agentes públicos, como representantes de instituições públicas, intermediando interesses privados ou, depois, como ex-agentes públicos, intermediando interesses privados, por meio da exploração de prestígio, da cor-

rupção ativa e do tráfico de influências, estavam se beneficiando com isso. Então, essas pessoas serão ouvidas. Sei que não temos instrumentos para afirmar que essas pessoas estão mentindo ou não, e também não o tem a Comissão de Fiscalização e Controle, porque a realidade é implacável, Senador Edison Lobão. Mais cedo ou mais tarde, vamos conseguir instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito, não pelo desejo e pela vontade de uma ou outra personalidade política, mas pela imposição dos fatos, que vão acabar empurrando o Congresso Nacional a constituí-la.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Inquina-me V. Ex^a de um sentimento de arrogância. Se ouvisse isso do Senador Lauro Campos, eu até pensaria duas vezes, mas ouvir de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, que é quem mais e mais demonstrações de arrogância nos dá diariamente, não uma vez por mês, mas todos os dias? Não há, neste Senado, ninguém mais arrogante do que a Senadora Heloísa Helena. E fico a admirá-la, e S. Ex^a pensa que eu sou arrogante. Ou seja, já se nega à maioria hoje, nesta Casa, o direito de defender a sua verdade: a minoria tem que ser privilegiada na manifestação da sua verdade.

CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Ex^a quando afirma isso deixa-nos a impressão de que se está negando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para fiscalizar desmandos. Não, a Comissão já existiu, já funcionou, já teve o seu tempo prorrogado, já teve uma subcomissão nomeada para continuar o seu trabalho.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a sabe que não estou falando sobre isso.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Mas o que V. Ex^a está pretendendo agora é uma Comissão Parlamentar de Inquérito nº 2 para tratar do mesmo assunto. Ou seja, pensa-se que a Comissão Parlamentar de Inquérito é uma panacéia capaz de resolver todos os problemas nacionais.

Sr. Presidente, temos mais o que fazer. O instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito é diretamente ligado ao interesse da minoria, quando esta tem condições de realizar essa comissão, por isso é que não se exigem dois terços nem maioria absoluta para a sua constituição, mas apenas um terço.

Sucede que o povo brasileiro, Senadora Heloísa Helena, até hoje não quis que o seu Partido fosse um terço no Congresso Nacional. Não o é. Quem não quis foi o povo brasileiro, não fomos nós. Quem não elegeu os Senadores do PT foi o povo, quem não elegeu os Deputados do PT em grande número foi o

povo, não nós. Então, V. Ex^a critique o povo, não a nós. O povo tem procurado seguir o seu caminho, a sua lógica, que é a lógica democrática, não a da intolerância.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Já ouço V. Ex^a. Preciso concluir, até em homenagem ao Senador Pedro Simon, o que eu falava a respeito da sua insistência no Ministro Clóvis Carvalho.

Ontem, o Senador Pedro Simon, na Subcomissão, chegou a ironizar a ausência do Relator José Jorge. "Será que o Senador José Jorge está esquiando?" – perguntava ele. "Está tomando vinho no exterior?". O Senador José Jorge está cumprindo uma missão no exterior. E o Senador Jefferson Péres, que é um dos homens mais respeitados nesta Casa? Também não estava presente, e sobre S. Ex^a não ouvi nenhuma palavra do Senador Pedro Simon. Ele próprio, Pedro Simon, se ausentou da Comissão, sem nenhuma crítica da nossa parte. Outros membros da Oposição também lá não estavam. Por que esta crítica ao Senador José Jorge? E mais: queria porque queria o Senador Pedro Simon que se votasse ontem o seu requerimento de convocação do Ministro Clóvis Carvalho; mas e o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca que convocava a Deputada Marta Suplicy? E o requerimento da Senadora Heloísa Helena que convocava uma série de outros Deputados e de outras pessoas? Por que teríamos de deliberar apenas sobre o requerimento do Senador Pedro Simon? Que sentimento ditatorial é esse? Que exclusivismo é esse? Não consigo entender tais procedimentos.

Sr. Presidente, fala-se muito que o Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, deliberadamente engavetou requerimentos que a S. Ex^a foram encaminhados. Ora, foi o próprio Senador Pedro Simon, daquela tribuna, quem lembrou que a Senadora Heloísa Helena até entendia que o Presidente da Casa, que a Mesa da Casa não tem competência para quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico. Ora, a própria Líder da Oposição entende assim. Mas deu-se um crédito ao Presidente da Casa, que, em dado momento, imaginou que talvez fosse possível esse recurso. Por que não aproveitar essa possibilidade? O que fez S. Exa. foi mais do que existia. O que existia era a impossibilidade. De repente, abre-se uma frincha para uma possibilidade. Por que não explorá-la, então?

Mas o que se deseja é ser contra tudo. Sabem por que a Oposição está deixando a Comissão? Por-

que já investigou o que poderia investigar; não chegou às conclusões que desejava; já ouviu o Sr. Eduardo Jorge, os procuradores e o Ministro Martus Tavares, mas não chegou a nenhuma daquelas conclusões que era do seu desejo. Ora, se não chegou, não chegará jamais. Então, essa comissão não serve para nada mais. Quem mandou os outros requerimentos para a Comissão de Fiscalização e Controle foi o Presidente Renan Calheiros. E por que o fez? E o fez acertadamente. Porque eram requerimentos que nada tinham a ver com o assunto sob o foco da Subcomissão, nada tinham a ver com o assunto do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, nada tinham a ver com o Poder Judiciário. Eram outras questões.

Portanto, o Presidente da nossa comissão agiu o tempo todo com a maior lisura, decência, independência e completa exaço no exercício da sua função – é preciso que se reconheça –, foi S. Ex^a quem se lembrou da Comissão de Fiscalização e Controle, o que fez muito bem. Cabe à Oposição ativar o funcionamento dessa Comissão.

Quando dela fui Presidente, Senadora Heloísa Helena, também a referida Comissão se reunia pouco, mas eu estava lá todas as semanas, nos dias certos de suas convocações, esperando que os seus membros aparecessem. Como senti que não havia muito interesse, tomei a iniciativa de pedir ao Tribunal de Contas que fizesse uma investigação profunda – onde? – no Banco Central, para ver os procedimentos do Banco Central. E eu queria dar um sentido à Comissão de Fiscalização e Controle, que tantos e tantos poderes possui.

Agora, não se venha culpar o Governo por não ter sido apurado isso ou aquilo que a Oposição deseja. Se a Oposição não teve competência ou outros meios para chegar às conclusões que desejava – e não que existiam –, o problema é dela. Também não se diga que os membros da Subcomissão foram pressionados pelo Governo, que não se votou o requerimento, ontem, convocando o Sr. Clóvis Carvalho porque era necessário ouvir o Governo. Jamais fui pressionado por qualquer pessoa do Governo. Estou convencido de que o Senador Renan Calheiros também jamais o foi, assim como nenhum dos membros da Comissão. Todos agiram com independência. Não soufrí a menor pressão de quem quer que seja, nem sequer houve um pedido, nada.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa informa ao nobre orador que o tempo de seu pronunciamento já se esgotou em quase vinte minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo ser necessário que cada qual assuma sua responsabilidade. Não venham demonstrar aqui verdades que não são verdades.

Por último, disse a Senadora Heloísa Helena: "Não importa o que o Presidente Antonio Carlos Magalhães vai decidir; afinal, a Oposição fará o requerimento de informações – já o fez –, e dará o mesmo resultado". Não, não dá, Senadora. Requerimento de informações não tem a capacidade de quebrar sigilo bancário nem fiscal.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Mas foi o que o Presidente do Congresso Nacional disse.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Mas pela lei, não. Não é o Governo que não quer, é a lei. V. Ex^a não gosta da lei. Não sei por que isso. A lei não permite que através de um requerimento de informações seja quebrado o sigilo fiscal de quem quer que seja. Ou se obedece à lei ou então viveremos o caos total legal. E é isso que não queremos.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Ex^a já mudou o argumento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a está iludindo a opinião pública. Requerimento de informações não tem esse poder de quebrar sigilo fiscal nem bancário.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Mas V. Ex^a está contra-argumentando o que o Presidente do Congresso Nacional disse.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O Presidente é outro caso: S. Ex^a entende que a Mesa tem essa capacidade.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Então, pronto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Nada tem a ver com requerimento de informações.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Mas é a mesma coisa, é movimentação bancária.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O que V. Ex^a está dizendo é que o seu requerimento de informações vai chegar a essa conclusão. Não vai. A menos que V. Ex^a queira alterar a lei, e estou até de acordo com isso. Até porque já se fez aqui um projeto de lei que acaba com o sigilo bancário de autoridades e Parlamentares, com o meu voto, propondo ainda que se ampliasse seu alcance para muitas outras autoridades. Ou se faz isso, ou tudo o mais é falácia, tudo o mais é ilusão, tudo o mais é tentativa de enganar a opinião pública, e não estamos aqui para esse desiderato.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pois não, Excelência.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT-DF) – Quero, em primeiro lugar, dar meus efusivos parabéns a esse esforço hercúleo que V. Ex^a acaba de desenvolver nessa tribuna. Realmente, não é fácil a tarefa de defender isso que aí está. V. Ex^a começou citando o Senador Jarbas Passarinho, quando dizia ele, repetindo um pensador francês, se não me falha a memória, que existem três pontos de vista: o daquele que fala, o daquele que contradita e a verdade verdadeira. Pois bem. Aqui nesta Casa, além dos vários pontos de vista independentes, como o de V. Ex^a, que acaba de enfatizar essa independência em relação ao Governo, etc., existem dois pontos de vista que nos submetem – no meu modo de pensar; posso estar equivocado e devo estar: há o ponto de vista do Presidente da República, o ponto de vista do Presidente desta Casa e os outros pontos de vista, secundários. Sabemos que, a etiologia, o processo de criação dessa subcomissão – todo mundo sabe – foi artificial, de proveta, algo que também teve uma gestação: depois de nove meses, de repente, a subcomissão é retirada da cartola.

Do meu ponto de vista – aliás fiz um discurso a esse respeito aqui – existe no Brasil um ditadura compartilhada. Não há um ditador; há pelo menos dois ditadores constantes que fazem um jogo político muito bem feito: é o Presidente da República e o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Eles sabem muito bem como divergir, convergir! "Eu saí de lá, e só faltou fazermos sexo", depois de uma quarentena de aparente, pelo menos, discussão, briga, divergência, entre o Presidente desta Casa e o Presidente da República. De repente, "só faltou fazermos sexo", na mais completa afinidade!

O que me parece é o seguinte: estamos aqui como títeres. O Sr. Antonio Carlos Magalhães e as Lideranças desta Casa chegaram à conclusão de que havia uma série de problemas, antes inclusive de lavarem as mãos, quando havia declaradamente "relações pouco assépticas" entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo – palavras do Presidente: "relações pouco assépticas". Obviamente se preferiu optar por um código de ética, a esta altura dos acontecimentos, e lavar as mãos, depois de serem confessadas tais "relações pouco assépticas" pelo menos três vezes. Assim, é óbvio que não convinha uma CPI que pudessem apurar, investigar relações espúrias, "pouco as-

sépticas", entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E o Judiciário?

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Não, o Judiciário é quase vítima no processo. Falo de uma ditadura compartilhada. É o que desejo enfatizar. Assim, nesse jogo de poder, para que houvesse durante mais algum tempo um prestígio maior por parte do Senado Federal e de sua Presidência, seria muito interessante cozinhar em água morna. Se a fritura ficasse logo pronta, se o processo terminasse logo ou se fosse entregue a uma CPI, o Presidente Antonio Carlos Magalhães ficaria sem instrumentos de comando e de influência sobre o Poder Executivo, perderia poder. Então a saída genial foi cozinhar em água morna, criar a subcomissão. Até quando essa subcomissão deveria ficar fazendo perguntas e escutando respostas? Eu vi pela televisão, várias vezes, o Senador Pedro Simon discursando a respeito da falta de poderes, da falta de eficiência daquela subcomissão. De modo que me parece – eu posso e devo estar enganado – que nós todos, desde o princípio dessa subcomissão, fomos um tanto joguetes, instrumentos de uma briga maior, briga de cachorro grande, perto da qual, eu, por exemplo, não posso nem passar. E o que me parece é que esse processo de cozinhar em água morna para manter um cutelo sobre a cabeça de Eduardo Jorge e de quem mais vier a ser convocado, isso sim, depende dos humores, depende das relações entre o Executivo e o Legislativo, se quase fizeram sexo ou se deram tapas, se trocaram tapas ou beijos. Nisso tudo há um **timing**, há uma política muito bem feita e dependente justamente das relações entre os poderes políticos, das duas partes de uma só ditadura. De modo que, se houver, do ponto de vista político, interesse em apurar, em desmoralizar como merece o Sr. Eduardo Jorge e o grupo que o envolve, inclusive o presidente do Serpro, e interesse em levantar essa cortina e mostrar como estavam sujas as mãos, então haverá um deslanchamento desse processo. E qualquer comissão que seja – deverá ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito, penso eu – terá poderes e eficiência suficientes para lançar luz sobre essa escuridão dos depoimentos de Eduardo Jorge e de outros que por aqui passaram. Esta é apenas uma forma de ver, que vai se somar àquelas a que V. Ex^a se referiu no princípio do seu discurso. Graças a Deus, felizmente, nunca consultei partidos ou pessoas. Posso errar muito, mas por minha conta. Reconheço o esforço hercúleo de V. Ex^a ao tentar entrar

nessa maçaroca, que culminou com a concepção de um rebento natimorto: essa morna e inteligentemente preparada subcomissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Edison Lobão, embora V. Ex^a já tenha esgotado seu tempo, a Presidência conceder-lhe-á igual tempo usado pelo Senador Lauro Campos em seu aparte.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, mas garanto a V. Ex^a e ao Senador Renan Calheiros que não usarei todo o tempo.

Devo cumprir aquele mandamento cristão que tanto o Senador Pedro Simon quanto a Senadora Heloisa Helena conhecem: o primeiro dever do cristão é o da gratidão.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Lauro Campos, a preocupação que demonstra com relação à minha pessoa. Quase apiedado, V. Ex^a afirma não ser fácil a tarefa que desempenho. Tranqüilizo-o dizendo que minha tarefa não é pesada. Não estou nesta tribuna para defender o Governo, mas a verdade, que tem sido tumultuada, invertida e truncada a cada minuto.

Nunca percebi, ao longo da vida, que houvesse um espírito ditatorial no Presidente Fernando Henrique Cardoso ou no Senador Antonio Carlos Magalhães. Sempre considerei o Presidente um democrata. Sua Excelência se queixa até mesmo de ter ido para o exílio em dado momento de sua vida. E isto por ser um democrata, que cultiva a democracia e que nela quer viver e da qual não deseja afastar-se. Quem às vezes demonstra sinais de intolerância, de sectarismo é o PT e não o Presidente da República.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, para uma comunicação inadiável.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a aquiescência dos Srs. Senadores e da Sr^a Senadora, gostaria de deixar definitivamente registrada nos Anais do Senado da República, e para isso peço a atenção de todos, a leitura de uma nota com a qual pretendo posicionar-me sobre os últimos acontecimentos.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, gostaria de dizer que essa decisão é política mas pessoal. Aliás, é melhor assim. Para se manter a coerência, para se

materializar o resultado desejado, é melhor tomar decisões com o próprio travesseiro, independentemente da influência de alguém.

Diante da decisão dos Partidos de Oposição, que respeito mas lamento, e para honrar a minha coerência política, comunico ao Plenário do Senado Federal que não me sinto confortável para presidir um fórum de facções.

Sempre defendi – e o Brasil testemunhou – um trabalho isento, equilibrado e, sobretudo, independente. Sem a participação democrática de todos os Partidos representados no Congresso Nacional, a subcomissão, Sr. Presidente, perde os conceitos de isenção, equilíbrio e independência e, portanto, não obterá a credibilidade necessária para dar a satisfação que a sociedade brasileira merece e espera de todos nós.

Meu Partido, o PMDB, me honrou ao me indicar para Presidência da Subcomissão, mas quero deixar claro que presido uma subcomissão e não um processo de submissão. A ninguém interessa que essas dúvidas existentes não sejam esclarecidas. Todos perdem. Fica como mais uma nuvem, mais uma névoa não desfeita.

Só posso lamentar, Sr. Presidente, mas tenho compromisso com minha coerência. Não vou presidir, portanto, repito, uma subcomissão carimbada, pela sua própria composição, como governista. Sempre insisti que não permitiria a politização da subcomissão, e a ausência de um segmento político importante, como o é a Oposição, compromete definitivamente a isenção desse fórum.

Quanto à possibilidade, sempre possível, de uma outra instância para investigar os fatos, que – devo deixar registrado – não foram completamente apurados por quem tinha competência legal, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, cabe a meu Partido tomar uma posição. Por enquanto, não há um fato concreto, consistente, mas se ele surgir, é evidente lembrar que o Congresso Nacional nunca se opôs a uma apuração completa de todas as denúncias surgidas nos últimos anos.

Não há, Sr. Presidente, uma propensão, ou mesmo uma intenção de acobertar quem quer seja. Temos um compromisso com a verdade e não com aqueles que, circunstancialmente, pretendem impor sua única e exclusiva verdade.

A subcomissão não é uma religião com pendores fundamentalistas, em que um só segmento teria razão. Ela foi criada para fiscalizar, acompanhar, apurar e dar satisfações à opinião pública. Perdendo a re-

presentatividade do conjunto do Congresso, seu trabalho torna-se, evidentemente, faccioso e seus resultados não serão aceitos pela sociedade, porque limitados. Seria, Sr^{as} e Srs. Senadores, um exercício de inutilidade e de desconfiança.

Todo o trabalho realizado até então é muito eloquente e não permite leituras políticas secundárias. Em menos de um mês, ouvimos 25 depoimentos, atravessamos horas durante a madrugada e eu pacientemente – há pouco lembrava o Senador Bello Parga – conduzi as reuniões e todos a acompanharam. Fomos, um a um, a todos os órgãos públicos para estabelecer uma **interface** que permitisse uma dinâmica, uma agilidade maior na apuração. Todos os órgãos públicos – o Ministério Público, o Banco Central, a Receita Federal, o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal – prontificaram-se a colaborar e colocaram à nossa disposição técnicos e peritos para ajudar-nos. Só esse trabalho indica, Sr. Presidente, a disposição e a vontade de todos os membros da Comissão.

A Oposição, mesmo respeitando a decisão tomada, precisa estar, evidentemente, consciente de que estamos fechando uma porta, até então a única porta existente, a porta da apuração. Se não pretendemos utilizar esse instrumento, a Subcomissão, que é o único foro aberto para discutir diariamente o assunto e manter a opinião pública informada, só posso lamentar.

Sr. Presidente, a desqualificação desta Subcomissão pode também servir para sepultar o assunto e isso só agradará àqueles que sempre pretenderam isso. Calada a Subcomissão, suas transmissões pelo rádio e TV, mantendo o assunto na ordem do dia, é possível que o tema entre em uma zona cinzenta de esquecimento. Por isso, reitero que lamento a decisão; esse será mais um passivo do Congresso Nacional para com a sociedade.

Esquecer, Sr. Presidente, infelizmente tem sido o nosso maior pecado, e é isso que gera o sentimento mais perverso existente hoje no Brasil, que é o da impunidade.

Agradeço a todos, aos líderes partidários; ao Presidente do Senado Federal; ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; ao Relator da Subcomissão, Senador José Jorge, que, com muita honradez, fez a sua parte em nossos trabalhos, interpelou os depoentes, como queria a sociedade; agradeço os brasileiros que me sugeriram caminhos – em boa hora os segui; agradeço também a imprensa,

que, pacientemente, cobriu os nossos trabalhos durante a madrugada.

Tenho absoluta convicção, Sr. Presidente – e reitero isso perante o Brasil –, de que fizemos a nossa parte, e foi muito bom enquanto durou.

Muito obrigado a todos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, V. Ex^a me inscreve pela Liderança, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, na qualidade de Líder partidária do Bloco, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra apenas para tranquilizar o Senador Renan Calheiros e a todos os ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado, que, conforme foi disponibilizado na nota assinada pelo Senador Renan Calheiros, são instrumentos, mecanismos de controle social.

Quero dizer que todos podem ficar tranquilos, absolutamente tranquilos, porque a Oposição, mesmo nauseada, em muitos momentos, por ter que engolir a intolerância; estará agindo de maneira implacável, já na próxima semana, na Comissão de Fiscalização e Controle.

Quero dizer a todos que a Oposição fez um gigantesco sacrifício para cumprir com sua obrigação constitucional; para participar da Subcomissão, sem dúvida, natimorta. A Oposição participou do velório, mas deixa a alça do caixão para a Bancada governista, para aqueles que queiram conduzi-la ao túmulo, porque ela já foi efetivamente enterrada.

A Oposição estará agindo, como sempre agiu, com independência, com rigor; cumprindo sua obrigação constitucional; cumprindo sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Poder Executivo. Esperamos que, na terça-feira, o Senador Romero Jucá disponibilize para o povo brasileiro, para os membros da Comissão de Fiscalização e Controle a agenda das reuniões.

Não queremos que ela aja com tanta agilidade como fez até hoje: duas reuniões em praticamente um ano! Queremos ver os cronogramas das reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle; queremos a agenda de todos os depoimentos que apresentamos, depoimentos extremamente importantes de dirigentes de instituições públicas, que estavam, como agen-

tes públicos, intermediando em favor de interesses privados, incorrendo em atos de peculato, de prevaricação, de corrupção passiva e, mesmo depois de deixarem de ser agentes públicos, passaram a intermediar em prol de interesses privados, com exploração de prestígio e de tráfico de influência. Será uma oportunidade maravilhosa para a Comissão de Fiscalização e Controle! Essa Comissão, que há dois meses não era considerada o foro legítimo para investigar esse episódio, depois de o natimorto ser consagrado como Subcomissão, mais uma vez, é revitalizada. A própria realidade objetiva, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se encarregará também de enterrar a Comissão de Fiscalização e Controle, porque ela não tem mecanismos suficientes, não tem os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais; portanto, não poderá investigar tudo aquilo que o povo brasileiro cobra, que o Congresso Nacional está prevaricando, mas o Ministério Público, graças a Deus, continua investigando. Portanto, quero tranquilizar os membros da Bancada governista e o Senador Renan Calheiros, dizendo-lhes que estaremos já na próxima terça-feira agindo implacavelmente para que a Comissão de Fiscalização e Controle cumpra com sua obrigação constitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon, para uma comunicação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, respondendo ao ilustre Vice-Líder do PFL, o qual disse não ter absolutamente nada a ver com o Sr. Eduardo Jorge, solicito transcrição nos Anais da Casa da página 915 da seção I do **Diário da Justiça**, na qual constam os atos da Procuradoria da República no Distrito Federal, datados do dia 23 de agosto de 2000, em que instaura inquérito civil público visando apurar os fatos na sua inteireza com relação ao Sr. Eduardo Jorge e, para tanto, adotando de plano as seguintes providências... Assinam: Procurador Luiz Francisco Fernandes de Souza, Procurador Alexandre Camanho de Assis e Procurador Guilherme Zanina Schelb.

O inquérito está andando, Sr. Presidente.

Ouvi, com muito respeito, o pronunciamento do Presidente da Subcomissão. Vejo, agora, uma situação realmente muito significativa: a Oposição se retira da Subcomissão e o Presidente da Subcomissão renuncia, retirando-se também. Importante o argumento do Senador Renan Calheiros. S. Ex^a argumenta

que aceitou, pelo PMDB, a Presidência, para fazer um trabalho de coordenação e de independência, buscando a verdade e que, no momento em que a Oposição se retira, não há razão nem lógica para S. Ex^a continuar presidindo uma Subcomissão onde só está uma parte: o Governo. Então, da Subcomissão afastou-se a Oposição, afastou-se o Presidente e dela também afastou-se o Vice-Presidente, porque é da Oposição. Os resquícios da Subcomissão não podem nem marcar uma reunião ordinária de trabalho, sem antes fazer uma reunião para eleger o Presidente. Pouco restou da Subcomissão, mas há o depoimento do Sr. Duran marcado para segunda-feira, e para terça-feira ficou a decisão de chamar ou não o Sr. Clóvis Carvalho para depor. Além disso, também na terça-feira, teremos a apreciação da decisão do Sr. Antonio Carlos Magalhães com relação aos requerimentos.

Penso, reflito e chego à seguinte conclusão: não vou acompanhar a Oposição, porque ela já fez o seu trabalho, está com sua missão pronta. Às oito horas da manhã de segunda-feira, a Senadora Heloísa Helena estará na porta da Comissão de Fiscalização e Controle, e eu até aconselho o Sr. Presidente a chegar na hora, senão vai haver a primeira discussão. O Presidente da Subcomissão renunciou. Na terça-feira, ele estará onde bem quiser, não estará na Subcomissão. Eu vou ficar até terça-feira para ver o que acontecerá.

Não pretendo segurar em alça de caixão, mas pretendo ver o que vão fazer com relação ao Sr. Clóvis e à decisão que o Senador Antonio Carlos Magalhães tomará. Não tenho nenhuma dúvida de que a Subcomissão está morta. Não vejo mais caminho nem perspectiva para a Subcomissão. Embora de certa forma eu torça pelo êxito dos trabalhos, não estou muito otimista com relação ao desempenho da Comissão ligada ao Orçamento. Pelo seu Presidente, pelo seu estilo, não sei se lá teremos realmente de sorte.

É provável a insistência pela criação da CPI, principalmente se o Senador Antonio Carlos Magalhães negar a abertura e a fiscalização das contas das pessoas indicadas. Vamos ver o que ocorrerá.

Considero de grande valor moral e respeito o ato de renúncia do Senador Renan Calheiros à Presidência da Subcomissão. Trata-se agora, repito, de uma Subcomissão que não tem Presidente nem Vice-Presidente, porque o Vice-Presidente é da Oposição e também renunciou. Portanto, a Subcomissão praticamente "era uma vez".

Sr. Presidente, muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

PORTARIA MPF/PR/DF n.º 06/00 de 23 de agosto de 2000.

O Ministério Público Federal, por meio dos Procuradores da República abaixo signatários, em exercício na Procuradoria da República no Distrito Federal, com fundamento no art. 129, III da Constituição da República e nos art. 6º e art. 7º da Lei Complementar n.º 75 de 20 de maio de 1993, e para apurar os fatos, já investigados parcialmente em procedimento anterior e, conforme amplamente noticiado nos meios de comunicação social, envolvendo o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, fatos estes que podem configurar ilícitos e irregularidades administrativas e considerando que:

1. o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência da República no período de 1995 a 1998, tendo recebido mais de uma centena de ligações telefônicas do Sr. Nicolau dos Santos, que atualmente se encontra foragido da Justiça, eis que denunciado por diversos crimes contra o patrimônio público federal;
2. ao justificar as ligações telefônicas com o Sr. Nicolau dos Santos, o Sr. Eduardo Jorge afirmou que as conversas se destinavam a tratar da escolha de Juízes classistas e togados para o TRT-SP, e que estas escolhas ocorriam em razão da posição favorável dos candidatos ao Plano Real, ou seja, admitiu um fato gravíssimo - a adoção de critérios político-partidários para cargos no Poder Judiciário, embora a justificativa apresentada pelo Sr. Eduardo Jorge não exclua a possibilidade de que as conversas mantidas com o Sr. Nicolau dos Santos também tratassem sobre a liberação de recursos para a obra do TRT-SP;
3. o Sr. Eduardo Jorge é apontado pelo Sr. Pedro Paulo, ex-presidente da Encol, como um dos responsáveis pela operação de "socorro" financeiro à Encol, e também como um dos responsáveis pela sua falência;
4. segundo o Sr. Pedro Paulo, o Sr. Eduardo Jorge foi a pessoa encarregada pelo Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, para encaminhar e solucionar os problemas que enfrentava a construtora Encol, em janeiro de 1995;
5. a operação de socorro à ENCOL resumiu-se numa série de empréstimos ilícitos nos anos de 95, 96 e 97, de acordo com auditorias do Banco Central e da CPI dos Bancos - empréstimos estes que são objeto de uma ação de improbidade e uma ação criminal, propostas pela Procuradoria da República em Brasília, contra toda a Diretoria do Banco do Brasil à época, dentre eles destacando-se, os Sr. Edson Soares Ferreira e Manoel Pinto de Souza Júnior, além do Sr. Pedro Paulo de Souza e vários Diretores da Encol;
6. tais empréstimos geraram uma perda financeira para os Bancos Federais (BB, CEF, BANESPA e BNDES) no montante de mais de R\$ 1 bilhão de reais, valores estes que estão habilitados na falência da Encol;
7. a operação de ajuda culminou numa estranhíssima operação de transferência do controle da Encol do Sr. Pedro Paulo para um ex-Diretor do Banco do Brasil, Sr. Antônio Mazzali e o Sr. George Washington, pessoa, que segundo o Sr. Pedro Paulo, foi indicada também pelo mesmo Banco do Brasil;
8. o BNDES concedeu empréstimo em 1998 ao Frigorífico Chaneco, no valor de US\$

Celso Três e Cristina Koliski, não foram exigidas garantias ou foram exigidas garantias insuficientes;

9. há fortes indícios de que o Sr. Eduardo Jorge intercedeu pessoalmente junto ao Presidente do BNDES, Sr. André Lara Rezende, para a liberação do empréstimo ao Frigorífico Chapecó;
10. o Sr. Eduardo Jorge, após deixar o cargo público de Secretário-Geral da Presidência da República, apresentou indícios de crescimento de seu patrimônio em desconexão com a sua renda;
11. o Sr. Eduardo Jorge adquiriu 10% das ações do Grupo Meta Participações Ltda, sem nenhum pagamento ou, no máximo, efetuando como pagamento serviços prestados, desta forma, tornou-se dono de 10% da Metaplan Planejamento e Consultoria e de 10% da Metacor Administração e Corretagem de Seguros, empresas ligadas ao Grupo Meta, holding, empresas que têm faturamento anual vultoso;
12. o Grupo Meta experimentou enorme crescimento nos últimos anos, tendo recebido grandes quantias numa parceria com o grupo Sul América, fazendo a intermediação entre diversas entidades públicas, por exemplo, entidades ligadas ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Cultura e à empresa Brasil Saúde, seguradora pertencente ao Banco do Brasil;
13. o sr. Eduardo Jorge é membro do Conselho Consultivo da corretora de seguros Delphos, havendo indícios de que em março deste ano muitos contratos da seguradora do Banco do Brasil, Aliança do Brasil, teriam sido carreados para a corretora Delphos. Este fato foi confirmado pelo sócio da empresa concorrente BRASITEC, Deputado Federal Luciano Bivar PSL-PE, que afirmou ao Jornal Folha de São Paulo do dia 13 de julho de 2000: "perdi o serviços na Aliança do Brasil por conta da interferência do Eduardo Jorge, a favor da Delphos. Isso é um fato".
14. o Sr. Eduardo Jorge foi acionista da empresa DTC -Direct to Company até o mês de julho do ano em curso, juntamente com o Sr. Edson Soares Ferreira, ex-Diretor do Banco do Brasil e ex-conselheiro da Previ, e que essa empresa estaria organizando emissão de debêntures tendo como interessados em sua aquisição fundos de pensão;
15. há fortes indícios da existência de vários atos que estão no limite entre o lobby e possível tráfico de influência na Administração Pública Federal, envolvendo, dentre outros, o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira;
16. através da Portaria n. 273/98, o Ministério da Fazenda homologou decisão do Conselho Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO, estabelecendo como diretriz para o SERPRO, "a limitação da prestação de serviços da Empresa, tão somente, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, a partir de janeiro de 1999";
17. o Ministério Público obteve a informação também que o SERPRO teria se retirado da execução de diversos sistema de informática em órgãos públicos federais estratégicos (p. ex., Ministério do Trabalho, Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, entre outros). Em decorrência da retirada do SERPRO, que ~~desempenhava diversas atividades e funções de dados, investindo anos de trabalho e~~

18. no caso da contratação da empresa Montreal, mediante dois contratos com dispensa de licitação, o Ministério da Justiça permitiu que a empresa Montreal se beneficiasse de dois grandes sistemas de informática- RENAVAN/RENACH, desenvolvidos pelo SERPRO;
19. o Ministério da Justiça contratou a Montreal no final de 1999, estando como subcontratada uma empresa denominada TCPJ, empresa formada por ex-empregados do Serpro, beneficiários do PDV, e que foram diretamente responsáveis pelo desenvolvimento dos sistemas Renach/Renavan. Após o término do contrato emergencial de seis meses, a MONTREAL continuou a trabalhar sem contrato por cerca de dez meses. Estes meses foram pagos. Após isso, houve nova dispensa de licitação e a assinatura de outro contrato emergencial de seis meses, que ainda está sendo executado;
20. o ex-Ministro José Carlos Dias e o Secretário-executivo do Ministério de Justiça, Dr. Antônio Anastasia, descreveram a ida de Eduardo Jorge ao Ministério da Justiça, para tratar de assuntos sobre o sistema RENACH/RENAVAN, que estavam sendo executados pela empresa Montreal;
21. há fortes indícios de que os fundos de pensão foram utilizados como instrumento governamental em diversas ocasiões, e que o Sr. Eduardo Jorge, enquanto exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência da República, tinha ingerência na indicação de diretores de alguns fundos de pensão, especialmente Previ, Funcef, Real Grandeza, entre outros, havendo informações de que o Sr. Eduardo Jorge se opôs à participação na gestão de empregados das estatais;
22. a SASSE SEGUROS, seguradora da CEF, e cujo Presidente, Sr. Pedro de Freitas, é amigo pessoal do Sr. Eduardo Jorge, patrocinou a esposa do Sr. Eduardo Jorge, Sra. Lídice Caldas, em eventos culturais, no ano de 1998, em valores e condições que precisam ser apurados;
23. a existência de uma série de outros atos com indícios de irregularidades envolvendo o nome do senhor Eduardo Jorge e vários outros órgãos públicos; e
24. ser atribuição institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do patrimônio público federal, da probidade e da moralidade administrativa (art. 127 e art. 129, ambos da CF, e art. 6º da Lei Complementar nº 75/93)

RESOLVE:

Instaurar Inquérito Civil Público visando apurar os fatos em sua inteireza, para tanto, adotando de plano as seguintes providências, além de outras já em curso, principalmente:

1. requisitar ao SERPRO informações sobre as contratações mencionadas;
2. requisitar às seguradoras do Banco do Brasil e a outras ligadas à União contratos com a seguradora Sul América com possível intermediação do Grupo Mota;
3. requisitar ao Ministério da Justiça o edital da licitação em curso para operar o Sistema Renavan/Renach;
4. ~~requisitar ao Banco Central auditoria sobre contratos financeiros envolvendo~~
6. o registro, a autuação e a publicação da presente Portaria, remetendo-se cópia de seu inteiro teor à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para publicação;

Brasília, 23 de agosto de 2.000.

Antônio Carlos Dias
Presidente Nacional do Conselho de Controle

Luiz Francisco de Siqueira
Procurador da República

Alcides B. Gomes
Procurador da República

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à tribuna do Senado Federal dados alarmantes sobre a situação da exploração do trabalho de milhares de crianças e adolescentes brasileiros, que desmistificam o quadro pintado recentemente pelo Governo Federal de diminuição do número de crianças trabalhadoras no Brasil, inclusive muitas vezes em regime de escravidão.

Deve ser esclarecido que os dados da Fundação das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (UNICEF) apontam apenas para a busca da erradicação do trabalho escravo infantil, que somente teve início a partir dos anos 90.

De fato, apesar do advento da Constituição Federal de 1988, que proporcionou avanços legais sem precedentes à proteção da infância e da juventude, continuamos a presenciar a total falta de estrutura para o atendimento deste segmento da população, sendo comum pessoas começarem a trabalhar com seis ou sete anos de idade, algumas vezes menos, em detrimento das suas necessidades mais básicas no plano da saúde, escolaridade, recreação, contrariando o disposto no art. 7E, inciso XXXIII da Constituição. Nesse mesmo sentido, o Estatuto da Criança e Adolescência estabelece medidas de proteção integral à criança e ao adolescente em seu art. 98.

Todavia, Sr. Presidente, somente no meu Estado, o Pará, o número de crianças que são exploradas por meio do trabalho chegam a oitenta e sete mil, segundo dados oficiais do próprio Governo Federal. A bem da verdade, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a situação é crítica no Brasil, onde 3,2 milhões de crianças com idade entre 10 a 14 anos exercem algum tipo de atividade, o que corresponde a 16,09% do universo infantil e de adolescentes. Isso representa um dos maiores índices, sendo superado apenas pelo Haiti (25,3%) e Guatemala (16,22%).

Para se ter uma noção da vergonha que isso representa, é fácil constatar a contradição entre a riqueza e a miséria existente no Brasil, que na reunião no mês de agosto passado com todos os Presidentes do Países da América do Sul, se sobressaiu como o principal líder da Região, face a "força de sua economia"; mas que, pelo lado dos indicadores socioeconômicos acerca do trabalho infantil, apresenta incidência maior do que todos os países do Mercosul, visto que na Argentina o índice do trabalho de crianças entre 10

a 14 anos é de 4,53%, no Paraguai é 7,87% e no Uruguai, de 2,08%.

O Brasil continua sendo um País de grandes contradições e concentração de renda.

Esclareço de que estou considerando como critério para caracterizar o trabalho infantil o mesmo utilizado pela OIT e contido no Estatuto da Criança e do Adolescente, qual seja, aquela atividade executada por crianças menores de 15 anos, com o objetivo de prover seu sustento e o da família.

A baixa remuneração do menor pelo seu trabalho é parte essencial no orçamento familiar, o que acarreta a utilização freqüente da mão-de-obra infantil em atividades econômicas pelo próprio genitor da criança. Inútil seria fiscalizar e punir esse pai de família que admite o trabalho de seu filho, pois o problema econômico não estaria resolvido. Para podermos ver crianças freqüentando escolas, devemos pleitear um trabalho para seus pais, para que possam oferecer condições necessárias ao pleno desenvolvimento das crianças.

Portanto, é a condição econômica miserável, o desemprego e a falta de oportunidade que estão entre os motivos determinantes que levam menores a submeterem-se ao trabalho desqualificado, e sem projeção para o futuro. É inadmissível menores desperdiçarem a infância no trabalho, tendo em vista o papel imprescindível da escola na formação das crianças. Está comprovado que na infância o desgaste pelo trabalho reduz a concentração e o nível de percepção, influenciando diretamente o aprendizado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da propaganda institucional do Governo Federal, são visíveis a violência e o descaso contra menores, pois, se por um lado a sociedade não assume a sua responsabilidade, mostrando sua preocupação apenas no fato de culpar o Estado pelo tratamento desumano às crianças e adolescentes brasileiros, por outro lado, esse mesmo Estado não efetiva nenhuma ação eficaz de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, gerando como consequência uma população de indigentes, que são descrentes em qualquer instituição, principalmente naquelas que existem para servi-la.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e Srs. Senadores que segunda-feira, dia 11 de setembro, haverá sessão não deliberativa ordinária a realizar-se às 14 horas e 30 minutos no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)

(OS 17431/2000)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 913, de 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, **WILSON FADUL FILHO**, matrícula 3821, para exercer a Função Comissionada de **Auxiliar de Gabinete Parlamentar**, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, Símbolo FC-4, com efeitos financeiros a partir de 07 de agosto de 2000.

Senado Federal, 06 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 914, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11608/00-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DENISE NUNES BARNABÉ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 06 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 9/J, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11605/00-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ HENRIQUE ROSSI**, matrícula n.º 31414, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Alvaro Dias, a partir de 01/09/2000.

Senado Federal, em 06 de Setembro de 2000,


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal
1. Casildo Maldaner - SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Junior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal
1. Marluce Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/1261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal
1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Franceline Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal
1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djalma Bomfim - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal
1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal
1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal
1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Pereira - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal
1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Márcia Silva - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Zuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 e 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em: 10/06/2000.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/74	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2361/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA - PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 1º/09/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

VAGO (2)		
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA		
		MS-1128/1228
DJALMA BESSA		BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS		
		MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA		
		AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA		
		TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUSA*	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 22/08/00

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIÑO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizado em: 1/09/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE: Senador RENAN CALHEIROS
VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES
RELATOR: SENADOR JOSÉ JORGE
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PEDRO SIMON AMIR LANDO RENAN CALHEIROS	PMDB - 3	1 - ROBERTO REQUIÃO	PR-240
	RS-3230/32	2 - JOSÉ FOGAÇA	RS-120
	RO-3130/32	3 - IRIS REZENDE	GO-203
JOSÉ JORGE ÉDISON LOBÃO	PFL - 2	1 - JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-30
	PE-3245/46	2 - BELLO PARGA	MA-30
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PSDB - 1	1 - LÚCIO ALCÂNTARA	CE-230
	DF-2012/14		
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) - 1			
JÉFFERSON PÉRES (PDT)	AM-2061/67	1 - JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	SE-239

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

Atualizada em 14/8/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

- (1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
 (2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
 Horário regimental: Quinze-feiras às 14:00 horas

Atualizado em: 5/09/2000.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ALVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTEs)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JOSÉ SARNEY					
Vice-Presidente: CARLOS WILSON					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quinze-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizado em: 1º/09/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2387	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
Horário regimaisul: Terça-feira às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 09/02/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

Atualizado em 09/08/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 288	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosuk@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil**, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Conselhos aos Governantes – Coleção Clássicos da Política – Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.



Preço por exemplar: R\$ 5,00



Direito Constitucional Brasileiro – reforma das instituições nacionais – Coleção Memória Brasileira – Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juízes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

CD-ROM Legislação Brasileira e Bibliografia Brasileira de Direito

Referências à Legislação Federal de hierarquia superior, emanadas entre 1946 e 30 de junho de 1998. Traz, a partir de 1982, texto integral da Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Resoluções do Senado Federal e Decretos-Executivos. A Bibliografia Brasileira de Direito é composta de referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, em português e outros idiomas, editados no Brasil desde 1980.



Preço por exemplar: R\$ 65,00

Taxa de Postagem: R\$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir esse CD-ROM:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **PRODASEN**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000302903001-7** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



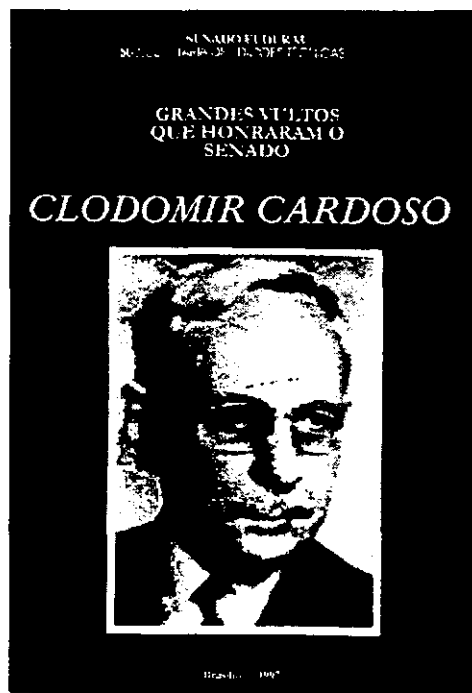
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS